



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ANDRÉA DE ANDRADE LEITE
NARLA CARINE REIS DE OLIVEIRA

**GESTÃO DO BENEFÍCIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: AUTONOMIA
FEMININA**

São Cristóvão - SE

2017

ANDRÉA DE ANDRADE LEITE
NARLA CARINE REIS DE OLIVEIRA

**GESTÃO DO BENEFÍCIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: AUTONOMIA
FEMININA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Prof. Dra. Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves

São Cristóvão - SE

2017

AGRADECIMENTOS

Sou grata na superfície e no que há de mais profundo em mim à minha querida amiga Narla. É a ela quem eu devo a minha formação, pois, foi ela quem esteve comigo no meu pior e no meu melhor, e me fez persistir nesse caminho que em vários momentos foram tão árduos e tão difíceis. Eu não teria chegado até aqui sem você. A sua alegria e sua energia contagiantes, sua força, sua enorme paciência e seus puxões de orelha me sustentaram e me mantiveram, senão firmes, em pé o suficiente para tentar seguir. Seu carinho e braços fortes nos seguraram firmes. E o que mais desejo é que seu caminho a partir de agora não seja tão pesado, não seja tão difícil como tem sido para você – e para todas aquelas mulheres que estão na luta -, desejo que seja leve, que não exija suas últimas forças, que não tire o teu precioso sono, que não te explore e não te cause a angústia de ter que abdicar de algo – por vezes tão valioso - por ele. Te desejo paz, luz e sucesso. Agradeço à nossa querida Professora e orientadora Lica, por ter nos mostrado que a paciência rege mares turbulentos. Foi com a sua doçura, paciência, sabedoria e delicadeza em nos ensinar e nos guiar que obtivemos sucesso. Gratidão. À minha tão amada e doce Vó Marilene [em memória] que me ensinou o valor do trabalho e da vida, ainda que de forma tão simples, baseada em sua vivência nesse plano. À minha mãe, mulher humilde e de personalidade forte, sempre na luta para nos dar o que estiver ao seu alcance e que apesar de tudo e de todos sempre esteve aqui com seu apoio singular. Ao meu pai, abdicando de encontros em virtude dos meus estudos e sempre me aconselhando e incentivando a continuar essa caminhada, seu apoio foi fundamental. À minha irmã, sempre admirável em sua luta e seu apoio tão importante em minha vida. Ao meu doce amor que chegou num momento turbulento da minha vida, e, com seu jeito único de ser me deu todo o seu apoio. Hoje, ainda que a distância entre estados faça parte das nossas vidas, está sempre ao meu lado, meu b. Às mulheres que nos confiaram suas histórias e parte de suas vidas. Cada uma delas será lembrada com carinho e orgulho. Ao Carlinhos, chefe querido que disponibilizou seu tempo e atenção na busca por dados referentes ao PBF e tirando as dúvidas que surgiam. Susu, Bruninha, Gray, Edinara e amigos, foi um prazer compartilhar todos os momentos muito bem vividos - diga-se de passagem – ao lado de vocês. Sou grata à Deus, essa força, essa energia que está presente em tudo e é tão maravilhoso até mesmo em sua capacidade de colocar em nossos caminhos aquelas pessoas capazes de nos marcar em vidas; acredito que é dessa forma que os reencontros – não apenas físico, material – acontecem.

Andréa de Andrade Leite.

AGRADECIMENTOS

O caminho até aqui tem sido longo e árduo, porém, cada experiência vivida, cada conhecimento adquirido e cada amizade conquistada têm sido um grande presente. Tenho muito a agradecer, primeiramente a Deus, por sempre me dar forças para seguir em frente, pois desistir nunca foi uma opção.

Agradeço a você Ana Maria, a primeira pessoa a me dar a mão nessa jornada, quando ofereceu a oportunidade de vir morar em Aracaju, a uma menina que você mal conhecia e que não tinha nada para te oferecer em troca. Esse foi meu primeiro passo nessa conquista.

Agradeço a minha amiga Luiza, pela amizade que percorre anos desde a nossa infância, você foi a principal influenciadora por eu seguir este caminho e sempre foi um espelho pra mim. Agradeço pela acolhida e peço desculpas pelos transtornos. E a senhora também Dona Lia, pois mesmo estando as três (Você, Luiza e eu) longe de nossas famílias criamos laços que não são de sangue, mas são tão fortes quanto.

Agradeço a minha amiga Andréa, pelos laços que conquistamos desde o início do curso, e que mesmo com todas as dificuldades que enfrentamos nunca abandonamos uma a outra e aqui estamos com o fruto do nosso trabalho e amizade.

Agradeço a meu namorado Sillas, obrigada por entender minhas escolhas, por estar sempre ao meu lado, pela paciência e amor que tem tido comigo todos esses anos de nossas vidas. Conhecer você foi uma das melhores coisas que me aconteceu.

Agradeço a minha mãe por ter me concedido a vida e por ter conseguido me criar sozinha com muito esforço e dedicação. O seu amor, carinho e ensinamentos sempre foram muito importantes para mim e serão parâmetros para minha vida.

Agradeço a todos os amigos que conquistei nos empregos que possuí, aprendi um pouco com cada um de vocês e sempre levarei todos em meu coração.

Agradeço aos meus colegas de curso, conheci pessoas muito especiais aqui e aprendi muito com a singularidade de cada um de vocês, principalmente com aquelas que se tornaram mais próximos com o passar dos anos. Em especial, Bruna, Graiany e Suellen, obrigada pela alegria, companheirismo e amizade.

E por fim, agradeço a minha orientadora Lica, muito obrigada pela paciência, e por a senhora ser sempre um amor de pessoa e uma profissional muito dedicada e comprometida com seus alunos.

Narla Carine Reis de Oliveira

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como tema central o Programa Bolsa Família. O objetivo geral da pesquisa constituiu-se em uma análise sobre como é feita a gestão do benefício por parte da mulher, além disso, buscou-se identificar se o Programa é capaz de promover autonomia na vida das beneficiárias. Nos objetivos específicos procurou-se identificar o perfil das usuárias entrevistadas, compreender a importância do benefício na vida dessas mulheres e o que o valor monetário do Programa representa no orçamento familiar. Foi abordado o funcionamento do Programa Bolsa Família: objetivos, critérios de elegibilidade, público alvo e condicionalidades. O trabalho foi construído através de pesquisa bibliográfica e pesquisa empírica de caráter quali-quantitativa realizada por meio de questionários semiestruturados, aplicados à 50 (cinquenta) mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família no estado de Sergipe. A abordagem teórica utilizada foi o método dialético, em virtude de ser o mais condizente com as ciências sociais, permitindo problematizar com maior aprofundamento a relação sujeito e objeto. Dentre os resultados obtidos, foi notado que o PBF tem exercido um papel muito importante na vida das beneficiárias, ao conceder recursos básicos para a sobrevivência familiar. Porém, ao se tratar do fortalecimento do gênero feminino nota-se algumas contradições, visto que, da mesma forma que a mulher é escolhida prioritariamente na titularidade do benefício, possibilitando-lhe obter poder de compra, de decisão e maior autonomia. Por outro lado, nota-se que através das condicionalidades o Programa contribui para a cristalização de práticas cotidianas vinculadas aos cuidados domésticos e familiares.

PALAVRAS-CHAVES: Autonomia. Gênero. Programa Bolsa Família. Transferência de Renda.

ABSTRACT

The present Term Paper had as central theme the Bolsa Família Program. The general objective of the research consisted in an analysis on how is made the management of the benefit by the woman, in addition, it was sought to identify if the Program is able to promote autonomy in the life of the beneficiaries. The specific objectives were to identify the profile of the users interviewed, to understand the importance of the benefit in the life of these women and what the monetary value of the Program represents in the family budget. It was approached the operation of the Bolsa Família Program: objectives, eligibility criteria, target public and conditionalities. The work was constructed through literature and empirical research of qualitative and quantitative character conducted through semi-structured questionnaires, applied to fifty (50) women beneficiaries of the Bolsa Família Program in the state of Sergipe. The theoretical approach used was the dialectical method, by virtue of being the most consistent with the social sciences, allows to problematize with greater depth the subject and object relationship. Among the results obtained, it was noticed that the PBF has played a very important role in the life of the beneficiaries, granting basic resources for family survival. However, when it comes to the strengthening of the feminine gender, there are some contradictions, since, in the same way that woman is a priority choice in the ownership of the benefit, enabling them to obtain purchasing power, decision and greater autonomy. On the other hand, it is noted that through of conditionalities the Program contributes to the crystallization of daily practices related to domestic and family care.

KEYWORDS: Autonomy. Gender. Bolsa Família Program. Income Transfer.

LISTA DE SIGLAS

AVOSOS – Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia

BPC – Benefício de Prestação Continuada

BSP - Benefício para a Superação da Extrema Pobreza

BVJ - Benefício Variável Vinculado ao Adolescente

CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CAIXA – Caixa Econômica Federal

CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico

CNDM - Conselho Nacional de Direitos da Mulher

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IFS – Instituto Federal de Sergipe

IPEA – Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

NR – Norma Regulamentadora

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

ONUBR – Organização das Nações Unidas do Brasil

PBF – Programa Bolsa Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

PGRM - Programa de Garantia de Renda Mínima

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SE - Sergipe

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFS – Universidade Federal de Sergipe

WWP – World Without Poverty

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do quantitativo de beneficiárias do Bolsa Família

Gráfico 2 – Idade x Quantidade de filhos

Gráfico 3 – Atividade remunerada exercida pelas beneficiárias

Gráfico 4 – Cor/Raça

Gráfico 5 – Nível de escolaridade

Gráfico 6 – Como conheceu o PBF

Gráfico 7 – Valor recebido por família

Gráfico 8 – A quem é destinado o valor do benefício

Gráfico 9 – Possibilidade de planejamento com o PBF

Gráfico 10 – Mudanças na vida x segurança

Gráfico 11 – Estado civil x Autonomia

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Combinações possíveis de acúmulos do Benefício Básico, Benefício Variável e BVJ

Quadro 2 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sergipe

Quadro 3– Municípios onde residem as entrevistadas

Quadro 4 – Tempo que recebe o Bolsa Família

Quadro 5 – Exigências do PBF x Dificuldade em cumprir as condicionalidades

Quadro 6 – Número de pessoas que contribuem com a renda familiar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL E O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA: BREVE HISTÓRICO.....	17
1. BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS SOCIAIS COMO FORMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL.....	18
2. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL: a realidade do Programa Bolsa Família.....	25
2.1 O Funcionamento do Programa Bolsa Família: objetivo, benefícios, valores, condicionalidades.....	28
2.2 O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).....	32
3. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA E DA EXTREMA POBREZA EM SERGIPE.....	33
CAPÍTULO 2 - A MULHER NA SOCIEDADE E A LUTA POR EMANCIPAÇÃO.....	36
1. A IMPORTÂNCIA DA MULHER NA SOCIEDADE	37
2. A EMANCIPAÇÃO DA MULHER AO LONGO DOS ANOS DECORRENTE DAS LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	38
3. A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA.....	40
4. CONCEITOS SOBRE AUTONOMIA E EMPODERAMENTO FEMININO.....	43
5. A MULHER COMO ADMINISTRADORA DO BENEFÍCIO BOLSA FAMÍLIA.....	45
CAPÍTULO 3 – O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUA RELAÇÃO COM A AUTONOMIA DA MULHER.....	48
1. O PERFIL DAS BENEFICIÁRIAS ENTREVISTADAS.....	49
2. A QUESTÃO RACIAL E O BOLSA FAMÍLIA.....	52
3. AS MULHERES E O BOLSA FAMÍLIA: O PRIMEIRO CONTATO, A GESTÃO E A AUTONOMIA.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	68
APÊDICE.....	73
ANEXO.....	76

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como temática o Programa Bolsa Família (PBF) e como objeto de pesquisa a gestão do benefício realizada pela mulher. A pretensão é compreender de que forma se dá a relação entre o PBF e a mulher titular do benefício na atual conjuntura social.

O Programa Bolsa Família tem provocado grandes impactos na vida dos beneficiários, ao possibilitar o acesso a uma renda mínima mensal familiar. Além do repasse monetário, o Programa contribui para que as famílias tenham acesso aos direitos sociais básicos no campo da saúde, educação e assistência social.

Outro fator importante é que apesar do PBF não se tratar de uma política de gênero, o mesmo prioriza a mulher enquanto titular do benefício. Esta, por sua vez fica responsável pela gestão e pelo cumprimento das condicionalidades para que a família permaneça inserida no Programa. Nesse contexto percebe-se que o Bolsa Família possui grande influência na vida dessas mulheres pelo simples fato delas possuírem o poder de decidir como gastar o benefício, o que demonstra uma certa autonomia às mulheres se levarmos em conta que estas deixam de ser totalmente dependentes dos seus cônjuges.

A escolha da temática e do objeto justificam-se pela importância da mulher não apenas como cuidadora do lar ou responsável familiar, como será explicado a posteriori; e sim, pelo fato dela arcar com as responsabilidades da família na atual conjuntura social, em que se percebe com mais evidência as mudanças em sua posição social ao se inserir no mercado de trabalho desempenhando outras atividades além das de dona de casa.

Ao longo do curso de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), enquanto estudantes, o contato com o tema “Mulher” e os diversos assuntos que se relacionam diretamente ou não (violência contra a mulher, o feminismo, o machismo, a mulher no mercado de trabalho, a forma como a mídia objetifica¹ as mulheres, a relação entre o gênero feminino e suas raças, etc.) instigou a busca pelo aprofundamento num tema que não apenas tratasse da mulher em si, mas que buscasse uma forma de explicar sua relação com o PBF, o modo como ela irá gerir o recurso, a importância deste para sua autonomia não apenas no quesito financeiro, como também o que vai além da posse da mercadoria e a sua realização enquanto mulher inserida na sociedade capitalista.

¹V.t.d. Atribuir ao ser humano a natureza de um objeto, tratando-o como objeto, como coisa, coisificar: objetificar o corpo feminino em campanhas publicitárias. Coisificar, materializar. Objetificação. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/objetificar/>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

Esse estudo tem como objetivo geral identificar a gestão do benefício Bolsa Família por parte da mulher. E como objetivos específicos buscou-se: explicar como funciona a gestão do Programa Bolsa Família; identificar o perfil das mulheres que recebem o benefício do Programa Bolsa Família; averiguar as prioridades da mulher dadas ao gasto do benefício; descobrir o que representa o valor desse benefício no orçamento familiar; contextualizar a forma como a política de assistência focaliza a mulher.

O presente trabalho foi construído através de pesquisa bibliográfica, esta, consiste em um levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas. Para Gil (2007, p. 44), “os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema”.

Nesse processo de investigação acerca do Programa Bolsa Família foi realizada uma pesquisa documental, possuindo características semelhantes a pesquisa bibliográfica, porém, a pesquisa documental “recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.” (FONSECA, 2002, p. 32).

Na pesquisa empírica as investigadoras foram a campo para coletar dados, estes, se deram através de entrevistas subsidiadas por questionários estruturados com um roteiro previamente estabelecido, com questões padronizadas. A escolha da padronização se dá com o intuito de “obter dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas, permitindo que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas” (LODI, 1974, p. 16 apud LAKATOS, 2003, p. 197). No total foram entrevistadas 50 mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família.

A amostra da pesquisa é do tipo intencional, esse tipo de amostragem faz parte do grupo das não probabilísticas, ou seja, “envolve a maior participação por parte do pesquisador na escolha dos elementos da população os quais irão compor a amostra”. Essa amostragem é também conhecida como subjetiva ou por julgamento “onde a variabilidade amostral não pode ser estabelecida com precisão” (STEVENSON, 1981, p. 166 apud CARVALHO et al, 2014, p. 3).

A coleta de dados realizou-se em ambientes diversificados, tendo como público alvo mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, parte dos questionários foram aplicados na instituição AVOSOS (Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia em Sergipe), localizada na Rua Leonel Curvelo, 55, bairro Suíça em Aracaju- SE. A escolha do campo de

pesquisa se deu pelo fato de uma das pesquisadoras está inserida na instituição como estagiária do curso Serviço Social, o que facilitou o acesso às usuárias do benefício. É válido salientar que a pesquisa foi realizada com a permissão da gerência responsável pela Casa de Apoio da AVOSOS, no qual a mesma esteve a par tanto dos procedimentos de coleta de dados adotados, bem como o objetivo da pesquisa. A amostra da pesquisa foi realizada aleatoriamente de acordo com a demanda da instituição, ou seja, para a seleção das usuárias foram solicitadas àquelas que estivessem na sala de espera ou de passagem na instituição e que tinham disponibilidade em responder a pesquisa.

Outra parte dos questionários foi aplicada em ambientes diversificados, de forma aleatória a partir de encontros casuais com usuárias do benefício, como por exemplo: Feira de Mulheres Artesãs e Agricultoras de Sergipe; na Conferência Municipal de Assistência Social; Instituto Federal de Sergipe (IFS), entre outros. No geral, a coleta de dados realizou-se através de questionários de múltipla escolha, com questões abertas e fechadas, porém, foram aplicados pelas próprias pesquisadoras, com o intuito de evitar interpretações equivocadas quanto às questões.

A abordagem teórica está fundamentada no método dialético, visto que o mesmo, segundo Demo (1995), é o método mais condizente com as ciências sociais, pois, permite problematizar com maior inteligência a relação sujeito e objeto; através da concepção dos contrários adapta-se melhor a história; privilegia os fenômenos da transição histórica; propõe uma visão de totalidade da realidade social, levando em conta a dinâmica e a complexidade da mesma; é capaz de captar tanto os condicionamentos materiais da ação humana, quanto às formas de posicionamento social, de representação social, de ideologias etc.; permite buscar a essência dos fenômenos, negando a realidade que se dá a primeira vista; trata-se de uma metodologia crítica e autocrítica, bem como demanda a dinâmica da sociedade.

Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está "acabada", encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 101).

O texto da Monografia encontra-se estruturado da seguinte forma:

No primeiro capítulo será realizada uma análise contemplando um breve histórico das políticas sociais como formas de proteção social, e dos programas sociais como o Bolsa Família; em seguida será tratado o Programa em si como proveniente do Governo Federal; sua trajetória, objetivos e o seu público alvo, além das condicionalidades para se tornar um

beneficiário. A delimitação da pesquisa fora realizada com base em dados do estado de Sergipe e do Programa em si a nível nacional.

O segundo capítulo será direcionado exclusivamente para a mulher na sociedade e também como gestora do Programa Bolsa Família. Além disso, será realizada uma análise acerca da sua trajetória ao longo dos anos na tentativa de emancipação e busca por igualdade de direitos e oportunidades.

O terceiro e último capítulo será voltado para análise dos dados obtidos na pesquisa de campo. Será levantado o perfil do total das 50 mulheres beneficiárias que foram entrevistadas, em seguida será feita uma pontuação a respeito da Questão Racial e o Bolsa Família, tendo em vista que essa questão está inclusa na Questão de Gênero que tanto afeta às mulheres desde os primórdios da dita civilização. No último item haverá uma explanação acerca do primeiro contato com o Bolsa (como conheceu, etc.), de que forma se dá a gestão do benefício por parte da mulher e de que maneira o Programa contribui ou não com sua autonomia.

CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL E O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA: BREVE HISTÓRICO

1. BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS SOCIAIS COMO FORMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Ao tratarem das políticas sociais, Behring e Boschetti (2011, p. 47) explicam que não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis como tais. Por ser um processo social, se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal. As autoras afirmam que sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após a segunda Guerra Mundial (pós-1945).

As protoformas das políticas sociais surgem nas sociedades pré-capitalistas - cujo intuito era manter a ordem social e punir a vagabundagem ao invés de garantir o bem comum da sociedade - nas formas de iniciativas pontuais com características assistenciais. As mais exaltadas seriam as ditas legislações seminais, que eram na verdade as leis inglesas que se desenvolveram no período que antecedeu a Revolução Industrial (POLANYI, 2000; CASTEL, 1998 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Segundo Castel (1998, p. 176 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 48), essas legislações² estabeleciam um “código coercitivo do trabalho”, eram de caráter punitivo e repressivo, ao invés de protetor, o que intensifica a noção de manter a ordem social. Elas eram fundamentadas em estabelecer o imperativo do trabalho a todos que dependiam da sua força de trabalho para sobreviver, além de obrigar o pobre a aceitar qualquer trabalho que a ele fosse destinado/oferecido; regular a remuneração do trabalho de modo que não fosse possível qualquer negociação das formas de remuneração. Castel (1998, p. 99 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 48) sinaliza ainda a proibição à mendicância dos pobres válidos, obrigando-os a se submeter aos trabalhos.

O que regia essas leis era a obrigação do trabalho a todos que apresentassem condições, quer fossem mínimas a trabalhar. As ações assistenciais – que garantiam auxílios mínimos - além de sustentarem-se num dever moral e cristão de ajuda - ao invés de se sustentarem na perspectiva de sujeito de direitos - tinham o objetivo de induzir o trabalhador a

² Nas legislações sociais pré-capitalistas a ordem ia além da punição e restrição, agia na intersecção da assistência social e do trabalho forçado, como cita Behring e Boschetti (2011, p. 51). É no auge da Revolução Industrial que essas “medidas de proteção” são descartadas e os pobres são lançados de mão na sociedade. Nesse contexto de “plena subsunção do trabalho ao capital” provoca o pauperismo como fenômeno mais agudo da questão social.

se manter por meio do seu trabalho, além disso, eram bastante criteriosas e restritivas para se ter acesso, sendo poucos os que conseguiam usufruir de tais auxílios.

Com o passar dos tempos novas leis deram seguimento à exploração dos pobres, umas menos repressoras que outras em alguns aspectos, mas sempre com a mesma essência - o trabalho forçado. A Lei *Speenhamland* instituída em 1795 concedia o pagamento de um abono financeiro cujo valor era baseado no preço do pão, garantia também a assistência social tanto àqueles que estivessem desempregados, como os que estivessem empregados mas que recebessem abaixo de determinado rendimento.

Tendo sido abolida em 1834, em substituição a ela surge a *Poor Law Amendment act*, também conhecida como a Nova Lei dos Pobres. O que antes era permitido para o trabalhador negociar minimamente o valor da sua força de trabalho impondo limites, Behring e Boschetti (2011, p. 49) explanam que a partir da revogação em 1834, marca o predomínio no capitalismo do primado liberal do trabalho como fonte única e exclusiva de renda, além de relegar a assistência aos pobres que já era bastante limitada ao domínio da filantropia, a revogação de direitos, obrigatoriedade de trabalhos forçados para os pobres que eram capazes de trabalhar.

É com o abandono dessas legislações sociais no auge da Revolução Industrial que - mesmo entre a assistência social e o trabalho forçado, ainda permitiam ao trabalhador negociar sua força de trabalho em determinado momento - lançam os pobres, ainda segundo Behring e Boschetti (2011, p. 51), à "servidão da liberdade sem proteção", no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da questão social³.

As políticas sociais passam a surgir como desdobramentos e formas de enfrentamento – ainda que setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social na sociedade capitalista fundamentada na exploração do capital sobre o trabalho. Sua gênese está situada no modo com que os homens se organizaram para produzir num determinado momento histórico o de constituição das relações sociais capitalistas – e dando continuidade na esfera social.

Com a crise de 1929, a Questão Social teve grande intensificação, nesse contexto eclodiram os movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora. O mercado percebeu suas limitações enquanto regulador da economia e influenciador político das relações sociais, e

³ “A Questão Social decorrente do processo produtivo, expressava-se na exclusão das pessoas, tanto da própria produção quanto do usufruto dos bens e serviços necessários a sua própria produção.” (CUNHA e CUNHA, 2002, p.11).

teve como estratégia para sair da crise a intervenção do Estado no campo econômico e mediador dos antagonismos sociais através de políticas sociais. Em virtude disso foi criado o Estado de bem-estar social, no qual assegurava direitos básicos à sobrevivência humana, visto como forma de combater as desigualdades sociais. Segundo Augusto (1989) as políticas sociais servem tanto ao trabalhador quanto ao mercado. Pois, à medida em que fortalece os movimentos sociais e contribuem para garantir direitos ao cidadão, as políticas sociais também atuam em convivência com os interesses econômicos do capital.

No caso específico do Brasil até 1930 a assistência social possuía um “[...] caráter eminentemente filantrópico, cujas iniciativas e ações ficavam a cargo da rede de solidariedade da sociedade civil, especialmente daquelas de cunho religioso, a exemplo das Santas Casas de Misericórdia”. A pobreza não era compreendida como expressão da questão social, mas tida como um processo causado pelo próprio indivíduo. (COSTA; VITA; PRALON, 1998, p. 8 - 9).

Nessa mesma década começaram a surgir as primeiras políticas de enfrentamento das expressões da questão social, antes vistas como de caso de polícia, passaram a ser consideradas como caso de política. A primeira delas foi a Lei Eloy Chaves, criada em 1923, a qual instituiu a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), a lei consistia em prestar benefícios voltados para a saúde, como: invalidez, aposentadoria ordinária, a pensão por morte e a assistência médica. Inicialmente a lei só se aplicava aos trabalhadores ferroviários, posteriormente abrangeu-se a portuários e estivadores, categorias importantes para o processo de exportação.

Em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, e em 1932 a carteira de Trabalho, tornando-se um documento de cidadania no Brasil, isso significava que, naquela época só teria acesso aos direitos sociais quem estava inserido no mercado formal de trabalho.

Em 1933 foi criado o primeiro Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que oferecia um conjunto de benefícios e serviços e eram custeados através da contribuição dos empregados, empregadores e Estado. Os IAPs passaram a abranger a categoria dos marítimos (IAPM), o que acabou culminando na extinção das CAPs até 1953. Ainda na década de 1930, foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública, o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Consultivo do Ensino Comercial. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Na década de 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, houve uma ampliação e sistematização das leis trabalhistas através da instituição do salário mínimo, do imposto sindical e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Havendo também reestruturação do Ministério da Educação, Saúde; criação, do Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e

Energia), este sendo precursor ao incluir os setores sociais como saúde e alimentação. Entre os anos de 1960 a 1964 “foram criadas o Estatuto do Trabalhador urbano e a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS). Contudo, a abertura previdenciária prevista na LOPS atendia apenas os trabalhadores sob o abrigo da CLT, deixando de fora as trabalhadoras rurais e domésticas.” (FERREIRA, 2012, p. 22). Vale ressaltar que, em 1938, foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), sendo a primeira regulamentação da Assistência Social no país, e em 1942 é criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA) órgão responsável pelas ações assistenciais no Brasil. (CRUZ; GUARECHI, 2009).

A fase da Ditadura Militar (1964-1985) constituiu-se em um período de grande restrição aos direitos civis e políticos, entre eles: repressão aos movimentos sociais e a organização dos sindicatos, resultando na desarticulação dos trabalhadores na luta por seus direitos. Por outro lado, o regime ditatorial buscou legitimidade, através da ampliação e modernização das políticas sociais brasileiras, “[...] contudo, ao mesmo tempo em que impulsionavam as políticas públicas [...], a ditadura abria espaços para a saúde, a previdência e a educação privadas, configurando-se em um sistema dual de acesso às políticas sociais: para quem pode e para quem não pode pagar.” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 137). Nesse contexto, a partir de 1967 a política social passou a ser um meio importante de acumulação de riquezas. Os programas sociais passaram a ter o objetivo de atender aos interesses das empresas, ou seja, mesmo com projetos públicos a sua execução atendia aos interesses privados. (FERREIRA, 2012, p. 23).

O período de 1975 a 1985 foi de suma importância para o país, pois, houve articulação entre a sociedade civil, os movimentos políticos dos bairros e os trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, os movimentos sindicais, no enfrentamento do regime ditatorial já enfraquecido devido a crise econômica de 1973. A partir de 1980 diversos movimentos sociais emergiram na luta pela redemocratização do país, e por direitos a melhores condições de saúde e educação, igualdade de gênero, pela anistia, entre outros. (CRUZ; GUARECHI, 2009).

Com o avanço do processo de redemocratização, as forças opositoristas perceberam que a luta pela descentralização das políticas sociais, até então um movimento tradicionalmente identificado com um municipalismo de corte conservador, tinha um apelo político crescente junto à população, cada vez mais insatisfeita com os serviços sociais providos pelos órgãos federais. Se a mobilização em torno do fortalecimento dos municípios atraía a oposição pelo seu suposto impacto político nas bases de sustentação do governo militar, parcela significativa das próprias bases situacionistas, percebendo o descontentamento da população com a ineficácia dos serviços

públicos fornecidos pelo governo federal, aproximou-se cautelosamente do discurso oposicionista, contrário ao caráter centralizador do regime. (COSTA; PRALON; VITA, 1998, p.13).

Esse processo culminou na instalação da Assembleia Nacional Constituinte, a sociedade organizada trabalhou na construção da Carta Constitucional na perspectiva de estabelecer uma nova ordem social, onde o Estado atuasse através de políticas públicas visando a garantia de direitos sociais para a população. Nesse cenário a Constituição Federal de 1988 trouxe uma nova concepção de Assistência Social no Brasil. Esta passou a fazer parte do tripé da seguridade social - conjunto integrado de iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade - juntamente com Previdência Social e Saúde.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. (BRASIL, s/p, 1988).

A Constituição de 1988 instituiu a assistência social que passou a ser uma política pública. A promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) só foi concretizada em 1993, determinada pela Lei nº 8.742/1993, que a define como direito do cidadão e dever do Estado, com caráter não contributivo e visa provê os mínimos sociais, realizando de forma integrada um conjunto de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas da população vulnerável. (BRASIL, 1993). Em 2011, houve alteração na LOAS para incorporar o Sistema Único da Assistência Social, através da lei nº 12.435/2011 de 06 de julho de 2011.

Esse retardo em regulamentar a LOAS se deu devido a diferentes determinações, entre elas a “forte reação das elites conservadoras no Congresso, impedindo a regulamentação dos direitos sociais indicados na Constituição de 1988”. Além disso, o país estava passando por um processo de implantação do projeto de desenvolvimento econômico – de forma tardia - sob a orientação da ideologia neoliberal, com a perspectiva de inserir o país na competitividade da economia globalizada. (GIOVANNI; SILVA e SILVA; YAZBEK, 2014, p. 29).

O projeto neoliberal exige do Estado o mínimo de intervenção na economia, abrindo espaço para o mercado atuar de forma livre. Em consonância com essas ideias o Estado deveria diminuir seu papel na área social repassando algumas ações para as mãos da sociedade civil, o chamado terceiro setor. A ofensiva neoliberal naturaliza a questão social transferindo para o indivíduo a responsabilidade de sua condição de miserabilidade. Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 156), as políticas sociais passam a serem adaptadas à lógica neoliberal (privatização, focalização e descentralização), constituindo-se em “ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise.”.

A assistência social prevista na LOAS baseia-se nas seguintes diretrizes: a) descentralização político-administrativa entre os entes federados a nível municipal, estadual e federal, para comando único das ações em cada esfera de governo; b) visando também a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; c) primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo. (BRASIL, 1993).

Dos benefícios, programas e projetos ofertados pela Lei Orgânica de Assistência Social são: o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que concede um salário mínimo a pessoas com deficiência em que sua família ou o próprio sejam incapazes de prover seu sustento; Benefícios eventuais, que consistem em provisões de meios para cobrir as necessidades básicas em razão da ocorrência de eventualidades como: nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública; os serviços socioassistenciais são as atividades continuadas que visam a melhoria de vida da população e cujas ações são voltadas para as necessidades básicas. (BRASIL, 1993).

A LOAS também previa em seus artigos 18 e 19, a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada inicialmente, em 1998, e posteriormente tendo sido revista e aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em setembro de 2004 fora definindo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que entrou em vigor em 2005 e foi consolidado em julho de 2011 através da Lei nº 12.435. As ações realizadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são norteadas pela Política Nacional de Assistência (PNAS), bem como preconizadas pela Norma Operacional Básica do SUAS de 2005 (NOB/SUAS), que:

[...] tem como objetivo fazer a organização e disciplinar as instâncias e as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) responsáveis pela

aplicação dos recursos públicos nas ações socioassistenciais, dentre tais ações a primeira determina e dá orientações para a execução de ações visando o enfrentamento das desigualdades sociais, ela propõe que sejam garantidos os mínimos sociais e a universalização dos direitos. (LEMOS; RIBEIRO, 2012, p.32).

A Política Nacional de Assistência Social foi elaborada sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), sendo aprovada no âmbito dessa última através da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 (DOU 28/10/2004). Ela foi construída em consonância com a LOAS e é regida por princípios democráticos que visam: a universalização dos direitos sociais; atendimento às necessidades sociais; respeito a dignidade do cidadão; igualdade de direitos e acesso ao atendimento; ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, prestados pelo Poder Público.

A atuação da PNAS se dá de forma preventiva e protetiva em situações de risco social, nela são oferecidos serviços de proteção social básica⁴ e especial⁵ (de média e alta complexidade), contribuindo com a “inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos”, ampliando o acesso aos serviços oferecidos. Também visa “assegurar que essas ações tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2004, p. 33).

De modo geral a PNAS é responsável por nortear e dar diretrizes para implementação das ações do SUAS. Este, por sua vez é coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsável pela gestão das ações na área da assistência social que está organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo. (LEMOS; RIBEIRO, 2012).

⁴ São serviços ofertados pelo Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), e tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, 2004, p. 33).

⁵São serviços ofertados pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (BRASIL, 2004, p. 37).

2. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL: A REALIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Os programas de transferência de renda adquiriram grande visibilidade no enfrentamento da pobreza e da redução dos níveis de desigualdade no Brasil. Desde o primeiro debate sobre o tema, houve diversas modificações e aprimoramentos nas propostas até então apresentadas.

A primeira discussão sobre a introdução de um programa de renda mínima no Brasil, que teria como objetivo a erradicação da pobreza, foi através de uma publicação na Revista Brasileira de Economia, no artigo intitulado “Redistribuição de Renda” de autoria de Antonio Maria Silveira, em 1975. De acordo com o autor havia uma dissonância entre a economia do País e o desenvolvimento e bem-estar da população, no que tange ao atendimento das necessidades básicas dos mesmos.

De acordo com esta perspectiva faz-se necessário uma intervenção governamental com intuito de extinguir a pobreza. Sua proposta foi fundamentada no Imposto de Renda Negativo⁶, de autoria de Milton Friedman (1962). “Tratava-se, de um ‘programa governamental’ direcionado ao indivíduo pobre e não enquanto membro de um grupo determinado, com implantação progressiva, iniciado pelas pessoas mais idosas até atingir os mais jovens.” (SILVA e SILVA; YAZBECK; GIOVANNI, 2014, p. 99-100).

Ainda segundo os autores, foi a partir de 1990 que o debate sobre os Programas de Transferência de Renda no Brasil passaram a ganhar visibilidade. Entre o processo de formulação, implementação e consolidação, esses programas passaram por seis momentos durante sua trajetória.

O primeiro deles foi em 1991 através da criação do Projeto de Lei nº. 80/1991, que propunha a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) em nível nacional. Tal programa era destinado às pessoas maiores de 25 anos de idade e com renda inferior a R\$ 270,00⁷, estes, teriam direito a receber do Estado o equivalente a 30% da

⁶Da mesma maneira que as pessoas que ganham além de um certo patamar pagam uma proporção de seus rendimentos ao governo, na forma do Imposto de Renda, aquelas que ganham menos passariam a ter o direito de receber uma proporção da diferença, 50%, entre aquele patamar e o seu nível de rendimento. Daí por que o nome Imposto de Renda Negativo. (SUPLICY, 1991). Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/economia/imposto-negativo-garantia-de-renda-minima>> Acesso em: 02 jul. 2017.

⁷ O texto original do projeto de lei nº. 2.561/92 menciona o valor de R\$ 45.000 (quarenta e cinco mil cruzeiros). Em maio de 1998, este valor representava aproximadamente R\$ 270,00 (duzentos e setenta

diferença entre a sua renda e o valor citado. A proposta foi apresentada ao Senado Federal pelo Senador Eduardo Suplicy.

[...] Previa-se uma implantação gradativa do Programa, inicialmente atendendo aos indivíduos com mais de 60 anos de idade e sendo progressivamente estendido para as faixas etárias mais jovens. O financiamento seria assumido pelo Governo Federal, que poderia despende recursos equivalentes a até 3,5 % do PIB, a serem obtidos com a desativação gradual de programas sociais compensatórios. É importante destacar que esta proposta foi feita num contexto adverso, no período do governo Collor, quando forças conservadoras do poder executivo, apoiadas no clientelismo, exerciam grande influência sobre as políticas sociais. (LICIO, 2012, p. 58).

No mesmo ano ocorreu o segundo momento, quando Camargo⁸ propôs que a transferência de renda englobasse não apenas o indivíduo, como na proposta anterior, mas que o benefício fosse voltado para a família, incluindo crianças e adolescentes na faixa etária dos 05 aos 16 anos que estivessem matriculados em escolas públicas e que mantivessem obrigatoriamente a frequência regular.

O terceiro momento tratou-se das primeiras experiências de programas de transferência de renda no Brasil ocorridas em 1995 com o Programa Renda Mínima, vinculado a Educação, que teve início nas cidades de Brasília, Campinas e Ribeirão Preto, e posteriormente estendeu-se para outros municípios e estados brasileiros. Os Programas de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)⁹ e o Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹⁰ tiveram suas primeiras experiências em 1996. Ambos eram coordenados pelo Ministério da Previdência e Assistência Social e instituídos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

reais), considerando-se a correção segundo a variação da Unidade Fiscal de Referência e PIB *per capita* de 1991 (SUPLICY, 1998 apud LICIO, 2002, p. 58).

⁸José Marcio Camargo, ideólogo de programas de transferência de renda lançou, no início dos anos 1990, em artigos e em reuniões no PT, a ideia de criar um programa de transferência de renda condicionado à manutenção das crianças na escola. Disponível em: <http://www.opus.com.br/opusgestao/empresa/relatorio_noticia/137>. Acesso em: 02 jul. 2017.

⁹[...] seu objetivo é 'remediar', ou seja, resgatar do trabalho infantil as crianças nesta condição ou sob o risco dela, por meio da concessão de um benefício monetário de 25 a 40 reais às famílias de baixa renda, com filhos em idade escolar (entre 7 e 14 anos) que estejam matriculados em escolas da rede pública. Além disso, o programa concede subsídios de 10 a 20 reais (por criança) às escolas, destinados a cobrir custos de uma jornada escolar suplementar [...] (LICIO, 2012, p. 61).

¹⁰[...] este benefício consiste na garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência incapacitada para o trabalho e ao idoso com mais de 67 anos, com renda familiar per capita menor que 1/4 do salário mínimo. Previsto pela Constituição, art. 203, V, o BPC começou a ser pago em 1996. Em 2000 foram emitidos 13.510.264 benefícios, consumindo um total de R\$ 2 bilhões (LICIO, 2012, p. 60).

O quarto momento teve início em 2001, ainda durante o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Tratou-se do período de ampliação dos programas de transferência de renda já existentes (BPC e PETI), e da criação de novos programas como: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda e Vale Gás. A partir desse momento ampliou-se o debate que vislumbrava a possibilidade de instituir uma Renda de Cidadania para todos os brasileiros. (SILVA e SILVA; YAZBECK; GIOVANNI, 2014).

Em 2001, foi criada a primeira versão do Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico), que consiste em um instrumento de coleta de dados e informações, com o objetivo de cadastrar através de um formulário, as famílias em situação de pobreza nos municípios brasileiros, possibilitando incluí-las na “Rede de Proteção Social”¹¹. Ainda no mesmo ano foi criado o “Cartão Cidadão”, facilitando o recebimento do valor monetário de benefícios como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Programa de Integração Social (PIS) e o Seguro Desemprego.

O quinto momento, ainda segundo a autora, ocorreu a partir de 2003, durante o primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), em que foi lançado o Programa Fome Zero como principal estratégia de enfrentamento à fome e à pobreza no Brasil, decorrente dele encontra-se o principal programa de transferência de renda, o Bolsa Família (PBF), criado em 2003, e que vigora até os dias atuais. Em 2004, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) em substituição do Ministério da Assistência Social e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome (MESA).

O sexto e último momento segundo Silva (2014), ocorreu em 2011, no primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff, que deu continuidade aos programas de transferência de renda no Brasil, tendo como foco principal a erradicação da miséria entre os brasileiros com renda abaixo da linha da pobreza. Nesse contexto “é instituído o Plano Brasil Sem Miséria, que articula três eixos coordenadores das ações de proteção social: a transferência de renda, o acesso a serviços e a inclusão produtiva.” (SILVA e SILVA; YAZBECK; GIOVANNI, 2014, p. 108).

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado, em 2003, no governo Lula através da Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que unificava os programas de transferência de renda (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás) desenvolvidos por alguns municípios.

¹¹ “A ‘Rede de Proteção Social’ é entendida como o conjunto de programas sociais do Governo Federal, com prevalência dos Programas de Transferência de Renda.” (SILVA, 2014, p. 110).

Em 2004, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), que ficaria responsável pelo PBF. Trata-se de uma política pública nacional voltada ao enfrentamento da pobreza e extrema pobreza, com vistas a garantir o acesso das famílias pobres não apenas a uma renda complementar, mas a direitos sociais, tendo em vista que “tal rede estrutura a coordenação articulada do Programa com diferentes políticas sociais, sobretudo saúde, educação e assistência social.” (CAMARGO et al, 2013, p.157).

O programa não nascia só. Nascia como parte de uma estratégia integrada de inclusão social e de desenvolvimento econômico. Um modelo de desenvolvimento com inclusão, que se assentava em um conjunto relevante de iniciativas, tais como a política de valorização real do salário mínimo, os programas de fortalecimento da agricultura familiar, a defesa e proteção do emprego formal e a ampliação da cobertura previdenciária. Articulado às demais iniciativas que emergiram no início do governo Lula, o PBF conheceu uma trajetória de sucesso, contribuindo efetivamente para melhorar as condições de vida e ampliar as oportunidades para milhões de famílias brasileiras. (CAMPELLO, 2013, p.15).

O PBF atua através da transferência direta de renda condicionada, tendo como principal objetivo a erradicação da pobreza e da extrema pobreza das famílias que se encontram nessa condição social. No entanto, existem condicionalidades para a permanência no programa, seja na área da saúde, como na educação, buscando romper o ciclo intergeracional da pobreza nessas famílias.

2.1 O Funcionamento do Programa Bolsa Família: objetivo, benefícios, valores, condicionalidades

O principal objetivo do programa é contribuir para a superação da pobreza atuando através da transferência direta de renda, o que permite um alívio imediato da situação de pobreza; a ampliação do acesso aos serviços públicos tidos como direito básico nas áreas da educação, saúde e assistência social, tendo em vista que as famílias em contrapartida assumem compromissos relacionados à saúde e educação e assim, contribuem com o rompimento do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza; além da coordenação com outras ações e programas do governo com vistas à superação da situação de vulnerabilidade e pobreza.

O Bolsa Família trabalha com os seguintes benefícios: Benefício Básico, Benefício Variável, Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), Benefício para a Superação da

Extrema Pobreza (BSP). Seguindo a Cartilha do Bolsa Família¹² (2015), define sobre cada benefício:

Benefício Básico: concedido apenas àquelas famílias consideradas em situação de extrema pobreza. Essas famílias recebem o Benefício Básico mesmo que não tenham crianças, adolescentes ou jovens em sua composição.

Benefício Variável: concedido àquelas famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que tenham gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até cinco Benefícios Variáveis.

Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ): concedido às famílias que tenham jovens entre 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente.

Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP): concedido às famílias que se mantenham com renda familiar por pessoa igual ou inferior a R\$ 77,00, mesmo depois de receber o valor dos benefícios PBF a que têm direito (Básico, Variáveis e/ou BVJS). Para calcular o BSP, deve-se somar a renda familiar¹³ inicial, registrada no cadastro único, e o benefício PBF. Se o resultado for menor do que R\$ 77,00 por pessoa, então a esse valor será acrescida a quantia necessária para ultrapassar esse limite [à época]. (CARTILHA, 2015, p. 06 e 07).

Cada família recebe um valor diferenciado e para realizar esse cálculo são levados em conta: a renda familiar mensal por pessoa e o número de crianças e adolescentes de até 15 anos, gestantes, nutrizes e jovens de 16 e 17 anos. A cartilha informa que o valor final será a soma de cada um dos benefícios, de acordo com a composição familiar. Deve-se observar, contudo, o limite de até cinco benefícios variáveis e de até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente para cada família.

Benefício Básico¹⁴: R\$ 77,00; Benefício Variável: R\$ 35,00; Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ): R\$ 42,00; Benefício para a

¹² Cartilha Bolsa Família - Transferência de renda e apoio à família no acesso à Saúde, à Educação e à Assistência Social. MDS, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/Plone/central-de-conteudo/bolsa-familia/publicacoes-bolsa-familia/>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

¹³ Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016 altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras providências. “Art. 18. O Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) e de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), respectivamente.

¹⁴ Idem. Art. 19, I - benefício básico, no valor mensal de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza; II - benefício variável, no valor mensal de R\$ 39,00 (trinta e nove reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 195,00 (cento e noventa e cinco reais) por família, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza; III - benefício variável vinculado ao adolescente, no valor mensal de R\$ 46,00

Superação da Extrema Pobreza (BSP): calculado caso a caso. O valor será o suficiente para que a renda mensal da família supere os R\$ 77 por pessoa [à época].

Valor do benefício: Os valores dos benefícios financeiros podem ser reajustados por meio de decreto presidencial. Para receber o benefício, a família precisa estar inscrita no Cadastro Único e ter renda mensal de até R\$ 154 por pessoa. Além disso, todos os integrantes de 6 a 15 anos, as gestantes e as nutrizes devem cumprir as condicionalidades. A concessão de benefícios é feita com base nas informações do Cadastro Único. O processo é automatizado e prioriza famílias com menor renda (CARTILHA, 2015, p. 09).

Existe um valor máximo por família para o recebimento monetário do Bolsa Família, esse calculo resultará da quantidade de benefícios variáveis que haverá por família dentro do limite estipulado pelo Programa. Cada família poderá receber até 5 Benefícios Variáveis e até 2 Benefícios Variáveis Vinculados aos Adolescentes (BVJ), que poderá ser somado ao Benefício Básico.

(quarenta e seis reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 92,00 (noventa e dois reais) por família, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade de dezesseis a dezessete anos matriculados em estabelecimentos de ensino; V - benefício para superação da extrema pobreza, cujo valor será calculado na forma do § 3º, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família que apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III do caput igual ou inferior a R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) per capita. § 3º O valor do benefício para superação da extrema pobreza será o resultado da diferença entre R\$ 85,01 (oitenta e cinco reais e um centavo) e a soma per capita referida no inciso V do caput, multiplicado pela quantidade de membros da família, arredondado ao múltiplo de R\$ 2,00 (dois reais) imediatamente superior. (NR)”.

Quadro 1 - Combinações Possíveis de Acúmulos do Benefício Básico, Benefícios Variáveis e BVJ

Número de gestantes, crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Básico	R\$ 85,00
1	0	Básico+ 1 variável	R\$ 124,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 163,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 202,00
4	0	Básico + 4 variáveis	R\$ 241,00
5	0	Básico + 5 variáveis	R\$ 280,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$ 131,00
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	R\$ 170,00
2	1	Básico + 2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 209,00
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 248,00
4	1	Básico + 4 variáveis + 1 BVJ	R\$ 287,00
5	1	Básico + 5 variáveis + 1 BVJ	R\$ 326,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 177,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R\$ 216,00
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 255,00
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 294,00
4	2	Básico + 4 variáveis + 2 BVJ	R\$ 333,00
5	2	Básico + 5 variáveis + 2 BVJ	R\$ 372,00

Fonte: Própria autoria com dados obtidos através do site: <http://calendariobolsafamilia2015.com.br/bolsa-familia-2017/>.

Ao ter o benefício concedido, as famílias assumem um compromisso com o poder público nas áreas da educação e saúde, tendo em vista que o acesso a esses serviços é um direito assegurado pela Constituição e sendo o governo o responsável pela garantia do acesso e qualidade dos serviços.

O descumprimento das condicionalidades acarreta efeitos gradativos podendo chegar ao desligamento do beneficiário do programa. Inicialmente a família receberá uma notificação, caso o problema persista, o benefício será bloqueado e em seguida suspenso. Em caso de reiterado o descumprimento, a família pode ter o benefício cancelado, porém, antes que isso ocorra, o poder público por meio da Assistência Social, deverá identificar os motivos do descumprimento e oferecer apoio e acompanhamento à família, de modo a solucionar os problemas que ocasionaram tal situação.

Segundo a cartilha (2015, p. 10), o compromisso firmado é voltado nas áreas da saúde e educação, requer que: crianças menores de 7 anos devem estar com o calendário de vacinação em dia e ter o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento; Gestantes

devem fazer consultas de pré-natal, pelo calendário do Ministério da Saúde. Já na área da educação: todas as crianças e os adolescentes de 6 a 15 anos das famílias beneficiárias devem estar matriculados na escola e ter frequência mínima de 85% das aulas; Jovens de 16 a 17 anos devem estar matriculados na escola e ter frequência mínima de 75% das aulas.

2.2 O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) foi criado em 2001 para ser uma ferramenta de identificação dos beneficiários de baixa renda dos programas do governo federal. Somente em 2003, com a criação do PBF - cuja legislação definiu o Cadastro Único como instrumento de identificação e seleção de seus beneficiários - é que a consolidação do CadÚnico como ferramenta de inclusão social das famílias de baixa renda começou a se concretizar, permitindo ampliar o número de famílias cadastradas e aumentar a qualidade de suas informações.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal foi instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001, que criou o Formulário de Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal. Nessa época, o governo federal executava diferentes ações de transferência de renda direcionadas a famílias com perfis de renda similares, como os Programas Bolsa Escola, o Auxílio-Gás, o Bolsa Alimentação e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) (WORLD WITHOUT POVERTY¹⁵, 2015, p. 01).

A gestão do sistema operacional do CadÚnico sempre esteve sob responsabilidade da Caixa Econômica Federal (Agente Operador). Já a inclusão das informações no sistema (coleta das informações e processos de atualização) sempre ocorreu de forma descentralizada, sendo executada pelos municípios (CAMARGO et al, 2013, p.158).

As informações armazenadas no CadÚnico são obtidas através da ferramenta de Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD), que foi desenvolvida para subsidiar ações de gestores estaduais e municipais no planejamento, implementação e gestão de políticas públicas voltadas para famílias de baixa renda de sua área de abrangência. O sistema CECAD disponibiliza variáveis capazes de formular dados, exemplo disso é um

¹⁵A Iniciativa Brasileira de Aprendizagem por um Mundo sem Pobreza (*World Without Poverty*, WWP) é uma parceria das Nações Unidas, o Banco Mundial e o governo brasileiro para incentivar a troca de conhecimento em políticas de proteção social e combate à pobreza. Desde 2014, o WWP prospecta, documenta e dissemina em diversos idiomas as soluções inovadoras implementadas pelo Brasil e, desde 2016, passa a buscar também boas práticas em outros países que possam estimular a concepção e o aperfeiçoamento de sistemas de proteção social em todo o mundo.

dado de Novembro de 2016 que de um total de 460.702¹⁶ famílias cadastradas no CadÚnico em Sergipe, 392.683 são mulheres as responsáveis familiares para um total de 68.019 homens como responsáveis familiares. Os dados apontam para um percentual de 85% com mulheres sendo as responsáveis familiares para apenas 15% sendo de homens.

Ainda segundo o sistema CECAD com dados de Novembro de 2016, em Sergipe, de um total de 267.360 famílias que recebem o benefício do PBF, cerca de 243.496 famílias tinham como titulares mulheres, para 23.864 famílias com titulares homes. Isso quer dizer que no total os dados apontam para um percentual de 91% com mulheres sendo as titulares para apenas 9% de homens como sendo os titulares.

3. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA E DA EXTREMA POBREZA EM SERGIPE

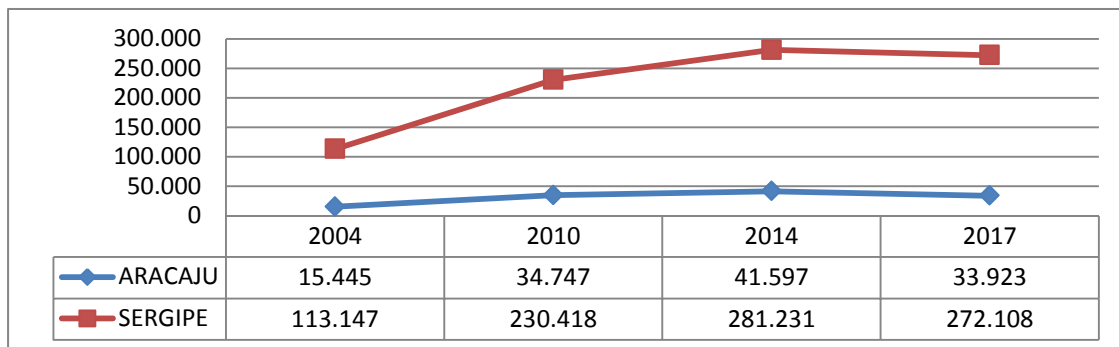
A pobreza tem por característica não ser um fenômeno estático, havendo variações ao longo do tempo no número e/ou percentual de pobres, assim como algumas possíveis mudanças no que diz respeito à vida das pessoas que a enfrentam. Atualmente, os perfis adotados pelo programa de transferência de renda Bolsa Família são os de: extrema pobreza e pobreza. Nas regiões Norte e Nordeste, por exemplo,

[...] segundo dados do IBGE, em 2003, 56,9% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres moravam em municípios pequenos dessas regiões; em 2011, já eram 64,9% e 50,7%, respectivamente. Como esses municípios só representam cerca de 20,0% da população nacional, é fácil concluir que a explicação para tamanha concentração está em taxas de incidência da extrema pobreza e da pobreza muito mais elevadas que a média nacional. (OSORIO; SOUZA, 2013, p. 144).

Para melhor especificar os dados aqui mencionados, o gráfico abaixo mostra a evolução do quantitativo de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, mais precisamente no Estado de Sergipe, bem como em sua capital Aracaju.

¹⁶Tais dados foram obtidos no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) através da ferramenta CECAD Para ter acesso aos Programas e Benefícios desenvolvidos faz-se necessário um cadastro no CadÚnico.

Gráfico 1– Evolução do quantitativo de famílias beneficiárias do PBF



Fonte: Própria autoria com dados obtidos através do portal: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/miv/miv.php>

Como tentar explicar o aumento e diminuição em alguns anos do período de implementação do Programa até o ano atual referente ao quantitativo de famílias beneficiárias do PBF? Segundo informações que constam na obra “Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania” de 2013, a respeito da composição dos rendimentos dos extratos da renda:

A composição da renda dos extremamente pobres e dos pobres alterou-se significativamente na última década. Em 2003, ela seguia essencialmente o padrão brasileiro, com grande participação da renda do trabalho, ainda que com peso maior das remunerações menores ou iguais ao salário mínimo. Em 2011, a participação dos rendimentos do trabalho para os extremamente pobres despencou, e as transferências sociais, principalmente vinculadas ao PBF, tornaram-se a fonte mais importante. (OSORIO; SOUZA, 2013, p. 144).

Abaixo segue uma tabela referente aos respectivos anos desde a implementação do PBF e o quantitativo de famílias beneficiárias do programa no estado de Sergipe:

Quadro 2- Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sergipe

ANO	QUANTIDADE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS
2017	272.108
2016	267.362
2015	269.296
2014	281.231
2013	270.941
2012	268.330
2011	253.124
2010	230.418
2009	220.175
2008	179.875
2007	187.470
2006	189.304
2005	154.332
2004	113.147

Fonte: Própria autoria dados obtidos através do portal: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/miv/miv.php>

É possível associar os números apresentados a diversos fatores. Um deles é o desemprego. Um salário mínimo para uma família não muito numerosa acaba por tornar-se, de certa forma, um seguro contra a pobreza extrema; da mesma forma que a ausência dele já coloca essa família ainda mais numa situação de precariedade. Tendo em vista as oscilações no mercado de trabalho e a já existente massa de trabalhadores em busca de emprego, como já citado anteriormente, o fenômeno pobreza sofre variações constantes, associando a isso pode-se dizer que um dos motivos de haver períodos em que há um número elevado de famílias beneficiárias e noutros haver uma redução, pode ser justamente a inconstância do mercado de trabalho que leva esse benefício a representar uma das, senão a principal fonte de sustento dessa população

No Brasil a pobreza contemporânea se manifesta principalmente devido a grande massa de trabalhadores que vivem flutuando no mercado de trabalho, ora trabalham, ora estão desempregados. Essa inconstância gera insegurança e potencializa os efeitos mais nocivos da pobreza na sociedade (o principal deles é a fome). No entanto, apesar da renda ser um indicador de pobreza, este não é o único, a pobreza deve ser analisada também a partir do acesso aos direitos básicos de sobrevivência como o acesso à saúde, educação, habitação, saneamento, que devem ser ofertados pelo Estado através das políticas públicas.

No capítulo a seguir, serão abordados as relações estabelecidas entre a pobreza e a vida das mulheres. Será levantada brevemente a forma como as relações sociais de gênero têm sido construídas historicamente em diversos contextos da sociedade, e como essas relações tem sido legitimadas por homens e mulheres, através da cultura, valores, normas e leis. Além disso, será abordada a forma como as mulheres vêm lutando e conquistando direitos através da igualdade de gênero e ocupando espaços no mercado de trabalho.

CAPÍTULO 2 - A MULHER NA SOCIEDADE E A LUTA POR EMANCIPAÇÃO

1. A IMPORTÂNCIA DA MULHER NA SOCIEDADE

A posição social da mulher enquanto ser inferior ao homem vem sendo difundida há muito tempo na sociedade. Essa concepção pode ser observada a partir das ideias de alguns filósofos e pensadores antigos, que destacam o gênero feminino como sexo frágil, incapaz, que não deve ter vontade própria. No século XVII, por exemplo, para Rousseau a mulher não deveria buscar o saber, pois seria contrário a sua natureza. Já para Kant a mulher deveria viver apenas para o homem, e que segundo o próprio, a mesma era incapaz de raciocinar como o sexo oposto. (GASPARI, 2003).

Segundo Tedeschi (2008) tais discursos foram cruciais para elaboração de códigos, leis, e normas de conduta que dão subsídios e reforçam a justificativa da situação de inferioridade da mulher a qual lhe foi atribuída. Nesse contexto, a desigualdade de gênero passa a ter um caráter universal, com significados que vem sendo construídos e explicados tanto pela filosofia, religião, educação, direito e etc. onde tais concepções foram sendo conservadas e legitimadas ao longo da história.

Tais concepções levaram a mulher a ser a administradora do lar, com seu papel unicamente voltado para cuidar dos filhos, do marido e da casa. Enquanto a figura masculina possui o papel de provedor, nessa perspectiva, o homem é mais qualificado para desenvolver tarefas mais complexas e de maior visibilidade na sociedade, é quem possui trabalho remunerado para sustentar a família.

Na sociedade romana a mulher não podia exercer nenhuma função pública; não tinha o exercício da tutela, com exceção da mãe e da avó; não podia participar em juízo em favor de alguém; não podia fazer testamento; não podia adotar nem receber, por meio de testamento, mais de dez mil asses (moeda romana antiga). Também não podia litigar em juízo, tampouco servir de testemunha, e, ainda, ser chefe de família, estando sempre sujeita a potestade doméstica (SANTOS, 2009 apud BORGES, 2014, p. 5).

O imaginário social naturalizou a divisão do trabalho, explicando-a como decorrente das características biológicas de cada sexo. Além disso, fez com que a “casa, unidade natural de produção e consumo, e a família, grupo de pessoas ligadas por laços afetivos e psicológicos, passassem a significar a mesma coisa.” Tanto homens como mulheres foram convencidos de que aos primeiros cabia prover a existência natural da família e, às segundas,

“devido à sua natureza”, gerar filhos, cuidá-los ao longo da vida e encarregar-se ao mesmo tempo das diferentes tarefas domésticas (TEDESCHI, 2012, p. 30).

Porém, mesmo num contexto de repressão do gênero feminino as mulheres foram procurando brechas e se incorporando na sociedade com outro papel que não o de dona de casa. Seus primeiros passos na luta por igualdade iniciam-se, e ainda que pareça algo simples visto hoje em dia, foi frequentar ambientes que antes eram destinados apenas aos homens, como os salões, onde podiam conhecer poetas, escritores e palestrantes. Posteriormente vieram outros desafios, dentre eles, a luta pelo voto feminino, a luta por inserção no mercado de trabalho entre outras questões.

2. A EMANCIPAÇÃO DA MULHER AO LONGO DOS ANOS DECORRENTE DAS LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

No Brasil no final do século XIX, as primeiras lutas organizadas por mulheres eram por educação e pelo voto. Nesse contexto se destaca Nísia Floresta, feminista e abolicionista - natural do Rio Grande do Norte - fundou a primeira escola para meninas do Brasil. Embora na época a mulheres não obtivessem sucesso com o voto, o Rio Grande do Norte seria o Estado aonde posteriormente viria a ser eleita a primeira mulher em um mandato político no ano de 1928, na cidade de Lages. (CAMPOS, 2012).

Em 1917, surge o movimento das operárias de ideologia anarquista, União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, onde as mulheres reivindicavam melhores condições de trabalho nas fábricas têxteis, onde a força de trabalho era em sua maioria feminina. Nessa mesma época o movimento feminista, intitulado as Sufragistas, foi liderado por Bertha Lutz, que fundou em 1922 a Federação pelo Progresso Feminino, tendo em sua pauta reivindicatória o direito ao voto, o movimento encerrou suas atividades após realizarem tal conquista em 1932. (PINTO, 2009).

O Código eleitoral de 1932, que torna a mulher eleitora e elegível não proporciona grandes alterações na condição feminina, uma vez que o curto período de governo constitucional logo é substituído pelo governo ditatorial iniciado com o Estado Novo. A partir de meados da década de 1940, as mulheres operárias e profissionais liberais terão importante participação na luta pela redemocratização, mas que a partir da abertura, esta participação vai perdendo força, só tornando-se evidente novamente no período de governo militar, três décadas depois. (BELLOZO, 2005, p. 02).

Por volta dos anos de 1960 eclodiram diversos movimentos sociais no Brasil, nesse contexto destacam-se os movimentos com questões voltadas para a mulher, nessa época se intensificam sua participação política na sociedade, inserindo debates como sexualidade e o corpo feminino na agenda política. Porém, com o Golpe militar de 1964, os movimentos sociais são reprimidos, somente a partir de 1970, os movimentos sociais femininos emergem com novas pautas reivindicativas e compromissos como o de lutar tanto pela igualdade das mulheres, como pela anistia e pela abertura democrática. Segundo Bellozo (2005) são abordados problemas como, a violência doméstica, saúde, legislação trabalhista, o direito a creches, a questão do aborto, assunto polêmico e causador de discórdias dentro dos próprios movimentos feministas, como também repudiado pela igreja católica¹⁷.

O ano de 1975 é escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher, o que proporcionou fortalecimento ao movimento das mulheres, que aproveitaram para se organizarem em encontros, seminários e conferências no Rio de Janeiro e em São Paulo, resultando na criação do Dia Internacional da Mulher em 08 de março.

Nos anos de 1980 os grupos feministas no Brasil chegam a quase uma centena e as conquistas por elas alcançadas só aumentam. As mulheres vão se firmando em espaços de trabalho até então só ocupados por homens, como comissões e secretarias de mulheres, só que agora voltadas para mulheres, onde as mesmas trazem discussões direcionadas à classe trabalhadora, como: a desvalorização do salário, assistência à trabalhadora gestante, violência no local de trabalho, exclusão da mulher na tomada de decisões, entre outros. (SOARES, 2014).

[...] as pressões dos movimentos sociais terão fundamental importância no sentido de buscar medidas adequadas às demandas sociais, além do fato da valorização mediante a participação nestas formas de organização, da política formal. No caso específico do Brasil, é a partir das mobilizações populares que se inicia o engajamento político partidário, uma via que leva à busca da representação formal, com grande ênfase nas eleições de 1982. (ALVAREZ, 1988, apud BELLOZO, 2005, p. 04).

¹⁷Em geral, a hierarquia da Igreja e alguns padres progressistas ficaram doutrinariamente em oposição, ou agiram mesmo com hostilidade em relação a algumas reivindicações do feminismo, principalmente quanto aos direitos reprodutivos e temas da sexualidade, em particular o aborto. (SOARES, 2014, p. 40).

Apesar do engajamento feminino nos movimentos sociais, de sua participação política nos setores até então conquistados por elas, pressupunha-se que as conquistas no âmbito político partidário se dariam de forma crescente passado o regime ditatorial. Porém, segundo Bellozo (2005, n. p.) “a participação das mulheres na esfera política raríssimas vezes ultrapassa a casa dos 10 por cento do total de eleitos” (...) Alvarez (1988 apud BELLOZO 2005, n. p.) “isso acontece em virtude das desigualdades de gênero que estão implícitas nas organizações políticas e institucionais no Brasil”.

O processo de redemocratização, mesmo sendo levado de forma lenta, possibilitou a politização e o engajamento de uma parcela significativa da população, assim como possibilitou também trazer para a esfera pública, assim como se verá adiante, questões que sempre estiveram restritas ao âmbito privado, embora nem sempre os estudos sobre a questão dêem o merecido valor à participação da mulher nestes movimentos. (SOUZA-LOBO, 1991 apud BELLOZO, 2005, n. p.).

Em 1985 foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) “vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país” (BRASIL, 2004, n.p)¹⁸, além disso, resultou na inclusão dos direitos da mulher na Constituição de 1988.

Ainda no final do século XX, os movimentos feministas vão se atualizando de acordo com o contexto da época marcada pela implementação do neoliberalismo, nessa época eclodiram as Organizações Não Governamentais (ONGs), os movimentos aderiram às ONGs, que consistiam na participação da sociedade junto ao Estado, na luta por direitos e defesa das mulheres, principalmente contra a violência doméstica. Essas lutas resultaram em grandes frutos, entre deles destacam-se a criação da Delegacia da Mulher, criada em 2005 e a Lei Maria da Penha (Lei nº 11 340, de 07 de agosto de 2006). (PINTO, 2009).

3. A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

O conceito “feminização da pobreza” surgiu em 1978, através de estudos sobre a pobreza feminina, realizado nos Estados Unidos da América pela pesquisadora Diane Pearce.

¹⁸ Políticas para as Mulheres. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

Para ela o processo de feminização da pobreza acontece quando a mulher com filhos e sem marido ou companheiro morando no mesmo domicílio é responsável pelo sustento da família. Para chegar a essa conclusão Pearce faz uma análise a partir de possíveis fontes de renda como: trabalho, pensão alimentícia, seguro social e programas de renda mínima. “O que significa que ela investiga quais são as consequências econômicas e sociais de ser mulher (sem o apoio de um marido) e que acabam por conduzir à pobreza.” (NOVELLINO, 2004, p. 3).

Ainda segundo a autora, Pearce analisou três categorias de fonte de renda: a) em relação aos salários, Pearce detectou que embora as mulheres estejam mais inseridas no mercado de trabalho, os salários pagos as mesmas são bem inferiores aos dos homens; b) em relação a transferência privada/pensão alimentícia, foi detectado que após a separação o valor da pensão alimentícia pago pelo ex-marido a família é sempre muito baixo, e na maioria dos casos a mulher não recebe nada; c) em relação a transferência pública¹⁹, Pearce constata que, as mulheres vem sendo sub representadas²⁰ enquanto beneficiárias da seguridade social, como também se tratando dos valores recebidos, bem como, o seguro desemprego que não é atribuído a determinadas funções desempenhadas principalmente por mulheres (o trabalho doméstico, por exemplo). Para a pesquisadora, a pobreza masculina e a feminina são distintas e necessitam de soluções distintas, visto que a primeira está mais atrelada a dependência²¹ e a segunda o problema está no mercado de trabalho.

Posteriormente foram realizados outros estudos sobre a chefia da mulher no âmbito familiar, nesse caso no Brasil,

[...] foram o objeto da tese de doutoramento do Mary Garcia Castro, defendida em 1989. Nela, é analisada a participação das mulheres chefes no mercado de trabalho, cujos dados são comparados com os referentes às esposas e às filhas bem como com aqueles dos homens chefes, esposos e filhos. A partir dos resultados obtidos, a autora afirma que “contrariamente à tese da ‘feminização da pobreza’, os chefes de domicílio, sejam mulheres ou homens, sofrem de forma similar os baixos níveis de renda.” A autora faz parte de uma tendência a qual afirma que também devem constituir das discussões de políticas de combate à pobreza, questões ligadas à classe social e raça, além das de gênero. (NOVELLINO, 2004, p. 5).

¹⁹ Aquela que é recebida como uma consequência da participação na força de trabalho (seguridade social: pensão, licença, seguro desemprego); e (b) aquela que é recebida dentro de um programa de renda mínima (idem).

²⁰ Representação insuficiente ou inadequada.

²¹ Estudos indicam que, casas de famílias nucleares têm mais filhos que casas chefiadas por mulher (idem).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou em 2005 um estudo sobre a feminização da pobreza ou sobre-representação da pobreza por parte da mulher, utilizou a delimitação do período temporal de análises entre os anos de 1983 a 2003. Foram utilizados indicadores de insuficiência de renda para analisar a pobreza no Brasil, utilizando a variável de rendimento domiciliar²². Os dados foram coletados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) realizadas anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Na pesquisa foi observado uma sobre representação da pobreza entre famílias representadas por mulheres sem cônjuge e com filhos.

Em relação a feminização da pobreza, foi detectado que ela existe, mas é um reflexo do crescimento demográfico da população brasileira. Considerando todas as pessoas da família, “quanto maior é o nível de retenção de renda por parte daqueles que a recebem, maior é a incidência (e a intensidade) da pobreza entre as mulheres.” (IPEA, 2005, p. 34). Ou seja, nesse caso há uma sobre-representação feminina entre os pobres tratando-se da distribuição de recursos intrafamiliar. A conclusão geral dessa pesquisa foi que, não há de fato feminização da pobreza no Brasil, mas constata-se uma sobre-representação de mulheres (sem cônjuge e com filhos) entre os pobres. E que segundo os autores da pesquisa, mesmo não havendo feminização da pobreza, deve haver políticas de gênero, visto que,

[...] as políticas voltadas para a superação da pobreza entre os homens poderiam focar mais fortemente o acesso à educação, especialmente a partir do ensino médio, já que a evasão masculina assume taxas elevadas e muito superiores à feminina. Por outro lado, aquelas voltadas para as mulheres poderiam concentrar-se nas desigualdades no mercado de trabalho, tanto de acesso a postos quanto de remuneração e de ascensão. (IPEA, 2005, p. 36).

Ao longo dos anos foram realizadas diversas pesquisas sobre a feminização da pobreza no Brasil e no mundo, e, segundo Novellino (2004), independente do resultado se há ou não feminização da pobreza, estes estudos são de suma importância, no que diz respeito a criação de políticas e programas sociais voltadas para mulheres pobres ou políticas mais universalistas que englobam homens e mulheres pobres. Ainda segundo a autora, as políticas públicas de combate à pobreza e as políticas de gênero deveriam englobar tanto a transferência de renda visando o combate a extrema pobreza, como também, proporcionar a

²² Soma dos rendimentos oriundos de todas as fontes (salário, aluguel, juros) de todos os moradores de um determinado domicílio, excluindo-se apenas os pensionistas, empregados domésticos e seus familiares (idem).

autonomia da mulher, promovendo e participando das lutas a favor da igualdade de direitos, dando oportunidade a ambos os gêneros.

No Brasil existem alguns programas e políticas voltadas para a mulher, entre eles, os mais importantes e conhecidos são os que englobam a defesa da mulher enquanto vítima de violência doméstica e programas de transferência de renda que visam o combate à pobreza e extrema pobreza, que embora não seja classificado como um programa de gênero, o Programa Bolsa Família tem seu foco voltado para a mulher enquanto titular do mesmo.

4. CONCEITOS SOBRE AUTONOMIA E EMPODERAMENTO FEMININO

Autonomia é um termo de origem grega (*autonomus* – de si mesmo), seu significado está relacionado com independência, liberdade ou autossuficiência. Ou seja, quando o indivíduo é capaz de governar sua própria vida a partir de seus próprios meios, seguidos de seus valores e princípios²³.

Em Ciência Política a autonomia pressupõe um governo capaz de tomar suas próprias decisões, de criar leis e regras, sem a interferência de terceiros. Pode-se dizer que se trata de um governo ou entidade política independente em sua administração²⁴.

“Empoderar é um verbo que se refere ao ato de dar ou conceder poder para si próprio ou para outrem. A partir do seu sentido figurado, empoderar representa a ação de atribuir domínio ou poder sobre determinada situação, condição ou característica²⁵.”

O empoderamento feminino tem como sua pauta principal a igualdade de gênero, consiste em conceder poder as mulheres para que as mesmas tenham consciência de seus direitos sociais e civis, possibilitando sua inserção em todos os campos da vida social, política e econômica. Participando de debates públicos e na tomada de decisões importantes para a sociedade e para a mulher²⁶.

Segundo o Fórum Mundial Econômico (WORLD ECONOMIC FORUM, 2005) o empoderamento feminino deve ser analisado a partir de alguns critérios: participação econômica; oportunidade econômica; empoderamento político; avanço educacional; saúde e bem-estar.

²³ Disponível em: <<https://www.significadosbr.com.br/autonomia>> Acesso em: 14 jul. 2017.

²⁴ Idem.

²⁵ Disponível em: <<https://www.significados.com.br/empoderamento+>> Acesso em: 15 jul. 2017.

²⁶ Disponível em: <<https://www.significados.com.br/empoderamento-feminino/>> Acesso em: 15 jul. 2017.

A “participação econômica” está relacionada à inserção em níveis quantitativos da mulher no mercado de trabalho em profissões diversas. Essa participação resultará em maior poder aquisitivo feminino e aumento da renda familiar, estimulando o crescimento econômico do país e a autonomia econômica da mulher. Porém, apenas a participação econômica da mulher no mercado de trabalho não é suficiente, faz-se necessário haver “oportunidade econômica” para as mesmas, que se configurem em crescimento profissional e salários condizentes com seu trabalho desempenhado, independente de seu gênero.

O “empoderamento político” trata-se do direito e participação da mulher em tomadas de decisão em espaços públicos, formais ou informais, como também na formulação de políticas que se configuram um espaço de mudanças na sociedade a qual fazem parte. (WORLD ECONOMIC FORUM, 2005).

O “avanço educacional” na verdade é o primeiro passo para a autonomia e empoderamento do ser humano em todas as esferas da sociedade. Trata-se de um processo de longo prazo que se inicia desde criança e se reflete na vida adulta, possibilitando melhores oportunidades de emprego e de autonomia.

Ainda segundo o *World Economic Forum* (2005, p. 12) a “saúde e bem-estar” são pontos indispensáveis na discussão sobre autonomia e empoderamento feminino, “considerando o acesso à nutrição adequada, cuidados de saúde da mulher e questões de segurança indispensáveis à integridade social.”

O empoderamento, nesse caso, implica na conquista da liberdade, avanço e superação do estado de subordinação (dependência econômica, física, psicológica, política, etc.) por parte daquele que se empodera (sujeito ativo do processo), e não uma simples doação ou transferência por benevolência. *Trata-se de um processo realizado pelo próprio indivíduo, através de ações e mudanças que lhe proporcionarão evolução e fortalecimento.* (VALOURA, 2005/2006 apud ROSO e ROMANINI, 2014, p. 86, grifo do autor).

A autonomia e empoderamento da mulher são fatores primordiais em sua libertação de diversas formas de opressão. Trata-se de uma iniciativa que parte do indivíduo, proporcionando o crescimento e fortalecimento de seu potencial em cuidar de si próprio, que posteriormente transcenderá para o meio social. Porém, a autonomia política, econômica, o acesso à saúde de qualidade, a segurança física da mulher, dentre outros fatores, não dependem unicamente de um esforço pessoal. Faz-se necessário a intervenção do Estado através da criação de políticas públicas voltadas para o gênero, com o objetivo de coibir

discriminações e abusos contra a mulher, bem como oferecer oportunidades de inserção no mercado de trabalho, capacitação profissional, abrindo-lhes espaço na sociedade enquanto cidadã de direitos e agente de transformações. (HEFFEL e SILVA, 2016).

Políticas públicas de empoderamento feminino são vistas como medidas necessárias para limitar a exploração do mais fraco pelo mais forte em sociedades marcadas pelo machismo e pelo preconceito. Nessa linha, as políticas devem ser acompanhadas de capital social²⁷, de forma a combater toda e qualquer situação que se afaste da liberdade, do respeito e da garantia de direitos. A população feminina empoderada sob capital social poderá, com certeza, buscar e conseguir benefícios sociais, poder, melhores condições de trabalho e de vida. (Idem, p. 9).

Nesse contexto, observa-se que o Programa Bolsa Família, mesmo não sendo uma política pública de gênero, tem se mostrado colaborativo no que tange a promoção da autonomia feminina. Obviamente a autonomia e empoderamento envolve uma série de fatores, como já mencionado acima. Porém, a presente pesquisa visa identificar como esse benefício tem se configurado, até então, um aliado no fortalecimento da autonomia feminina.

5. A MULHER COMO ADMINISTRADORA DO BENEFÍCIO BOLSA FAMÍLIA

Já foi dito que o Programa Bolsa Família opera no sentido de erradicar a pobreza e a extrema pobreza; esse benefício é usufruído por aqueles que se enquadram nas condicionalidades do Programa. Numa rápida análise dos dados apresentados, percebe-se o enorme percentual de mulheres que tanto são responsáveis familiares no Cadastro Único e/ou titulares do PBF.

O programa coloca como objetivos: reduzir a pobreza e a extrema pobreza; promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial de Saúde, de Educação e de Assistência; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Ao propor estes

²⁷ O conceito de capital social (CS) foi popularizado por Putnam (1993), na Itália e nos Estados Unidos, argumentando-se que a organização dos indivíduos em grupos produz hábitos cooperativos e de confiança mútua. Esses, por sua vez, conduzem a maiores índices de participação e confiança política, contribuindo para a saúde econômica do sistema e melhores performances institucionais. Índices de capital social são também associados a uma maior equidade de gênero, constituindo-se em fatores que interessam, sobretudo, às mulheres, dado os papéis sociais que desempenham. (HEFFEL e SILVA, 2016, p. 8).

objetivos o programa não pode ignorar a relação entre pobreza e gênero e os limites à autonomia econômica das mulheres. Conforme o Censo 2010 (IBGE), as mulheres são a maioria da população em situação de extrema pobreza, ou seja, apresentam renda de até R\$ 70,00 mensais, representando 50,5% do total, ou seja, cerca de 8,2 milhões de mulheres em todo o Brasil. As mulheres são maioria em quase todas as regiões, com destaque para a região Sudeste com 52,8%, conforme o Censo 2010. Há um predomínio das mulheres em situação de extrema pobreza na zona urbana. Como já demonstrado em outras pesquisas, os resultados e impactos do PBF na vida das mulheres são diferentes conforme a região do país e a área de domicílio. (CARLOTO; MARIANO, 2012, p. 259).

Na esfera familiar é a mulher que arca com os cuidados domésticos e isso, por vezes, acaba por reforçar uma responsabilidade nesse âmbito. O somatório dessas responsabilidades com sua situação econômica e familiar acabam por resultar e/ou contribuir com a precarização de uma formação profissional que é exigida pelo mercado de trabalho, entre outros, acarretando na dificuldade em sair dessa situação de pobreza e da condição de beneficiária de programas sociais como o Bolsa Família.

Por outro lado, é sabido das condicionalidades para o recebimento do benefício e este abarca com deveres perante a educação, a saúde e a assistência social. Essas condicionalidades que são impostas perpetuam e reforçam na sociedade a ideia de que tais deveres devem ser cumpridos pelas mulheres o que não deixa de ser um pensamento mais tradicional tendo em vista sua evolução perante a sociedade.

Para as mulheres, ter autonomia e poder significa também ter mais liberdade, independência, poder viver por conta própria, não depender de ninguém, principalmente do marido. Há um sentimento de mais poder sobre a própria vida, um orgulho de não depender de ninguém. (CARLOTO; MARIANO, 2012, p. 261).

Segundo Aguiar e Araújo (2003 apud MESQUITA, 2007), os programas de transferência de renda representam transformações na vida das mulheres a partir do momento que as mesmas passam a serem gestoras do benefício. Essas mudanças estão voltadas tanto para a autonomia feminina, autoestima, bem como melhores perspectivas de vida. Visto que, as mulheres passam a ter um papel de administradoras desse recurso monetário tornando-as importante para economia da família, além disso, permite um possível planejamento familiar na aplicação de recursos.

Em relação ao gasto do valor recebido pelo Programa Bolsa Família, os (as) beneficiários (as) tem a liberdade de usá-lo de acordo com suas necessidades. Ainda segundo

Mesquita (2007), existem opiniões diversas em relação ao gasto do mesmo, havendo diversas críticas negativas, principalmente quando o dinheiro é usado para comprar itens que não sejam julgados como essenciais. Porém, como já mencionado, o beneficiário (a) deve cumprir algumas condicionalidades para não ter seu benefício cancelado, são: a nível educacional a frequência é prioridade; já na saúde, as gestantes e nutrizas devem fazer o acompanhamento pré-natal bem como manter os cartões de vacinação atualizados.

A fiscalização para o uso correto do benefício e de quem está sendo o portador do cartão também fazem parte das políticas da lei do Bolsa Família e é um assunto que desperta grande atenção e debate. Frequentemente a mídia apresenta reportagens de comprovação de irregularidades, como o mau uso da renda para outros fins que não sejam as condicionalidades. Nesses casos, que é a mais comum das divergências, o beneficiário perde a responsabilidade de ser o portador, passando assim para outro membro família, desde que seja adulto e assuma os compromissos de ser o novo responsável. (MDS, 2010 apud MELO E MOREIRA, 2015, p. 04).

A oportunidade de adquirir conhecimento e conseguir um emprego pode vir a ser revolucionário para as mulheres, porém, enquanto não conseguem alcançar e lhes resta a participação condicionada a esses programas de transferência de renda, ainda assim, ter acesso a eles auxilia na sua inserção na sociedade econômica tendo em vista que o indivíduo quando detém poder de compra ele passa a ser visto na sociedade capitalista.

**CAPÍTULO 3 – O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUA RELAÇÃO COM A
AUTONOMIA DA MULHER**

1. O PERFIL DAS BENEFICIÁRIAS ENTREVISTADAS

O Programa Bolsa Família atua de acordo com o principal objetivo: o combate à pobreza e a extrema pobreza no país, promovendo acesso à saúde, educação e assistência social. O programa concede mensalmente um determinado valor monetário a ser sacado com o cartão emitido pela Caixa Econômica Federal (CAIXA), esse valor varia de acordo com a renda per capita e a composição familiar do titular. Por mais que não se trate de uma política pública de gênero, a mulher é priorizada na escolha de titular do benefício, ficando responsável pelo cumprimento das condicionalidades exigidas. Essa escolha se deve ao fato do papel da mulher enquanto mãe, dona de casa e conhecedora das necessidades familiares - ainda que essa visão na atualidade não seja tão mais facilmente aceita ou preconizada – além da promoção de sua autonomia financeira enquanto gestora.

O objetivo da pesquisa aqui desenvolvida visa traçar o perfil das entrevistadas analisando suas percepções quanto ao PBF; descobrir a quem é destinado o valor do benefício; identificar segundo a visão dessas mulheres quais mudanças ocorreram a partir do momento em que se tornaram beneficiárias do Programa. Para a realização da pesquisa foram entrevistadas 50 (cinquenta) mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família moradoras de alguns municípios do estado de Sergipe. A aplicação dos questionários ocorreu de forma esporádica conforme o surgimento de demanda nos locais em que estavam sendo aplicados, e da disponibilidade das beneficiárias em respondê-los. Cabe ressaltar que com o intuito de preservar o anonimato das entrevistadas, atribuiu-se um número para cada uma delas em substituição dos seus nomes; são eles de 1 a 50.

Conforme a tabela abaixo a respeito dos municípios de origem das entrevistadas, tem-se:

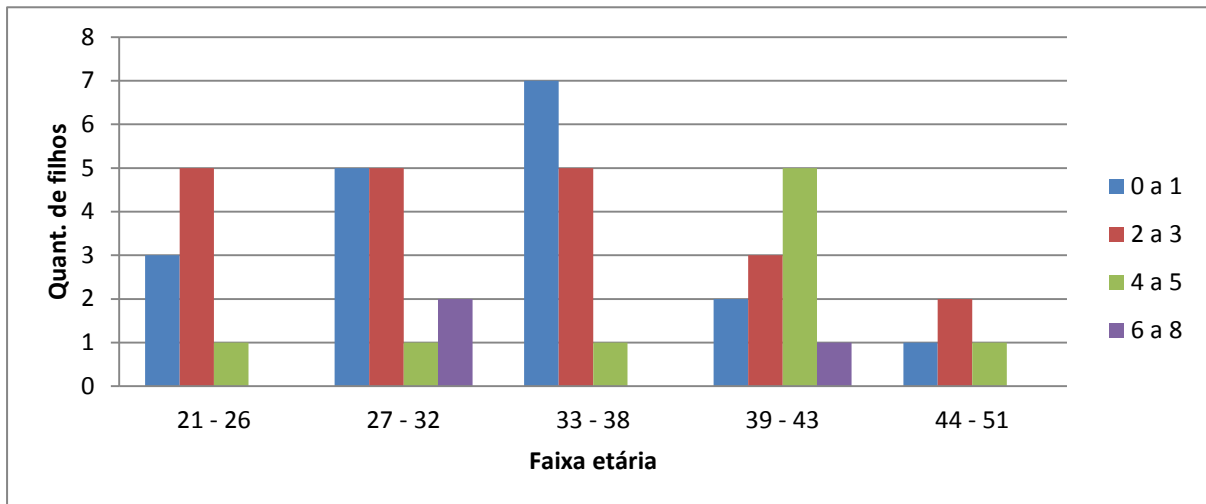
Quadro 3 – Municípios onde residem as entrevistadas

Município	Aracaju	Areia Branca	Canindé	Capela	Estância	Japaratuba	Lagarto
Entrevistada	21	01	01	02	03	02	02
Município	Poço Verde	Porto da Folha	Riachuelo	Salgado	N. Sr ^a Aparecida	N. Sr ^a do Socorro	São Cristóvão
Entrevistada	03	01	01	01	01	03	08

Fonte: própria autoria.

Os sujeitos da pesquisa possuem faixa etária entre 21 e 51 anos, a maioria está entre 21 e 41 anos, representando 84% das entrevistadas. Essas mulheres estão em idade reprodutiva, e isso chama atenção devido a uma das críticas mais frequentes feitas ao Programa, na qual é colocado que o mesmo induz às mulheres a terem mais filhos e assim receberem o auxílio maternidade. Além disso, o valor recebido pode aumentar devido à quantidade de filhos, desde que os mesmos estejam com idade estabelecida pelo Programa, frequentando a escola regularmente e com o cartão de vacinação em dia.

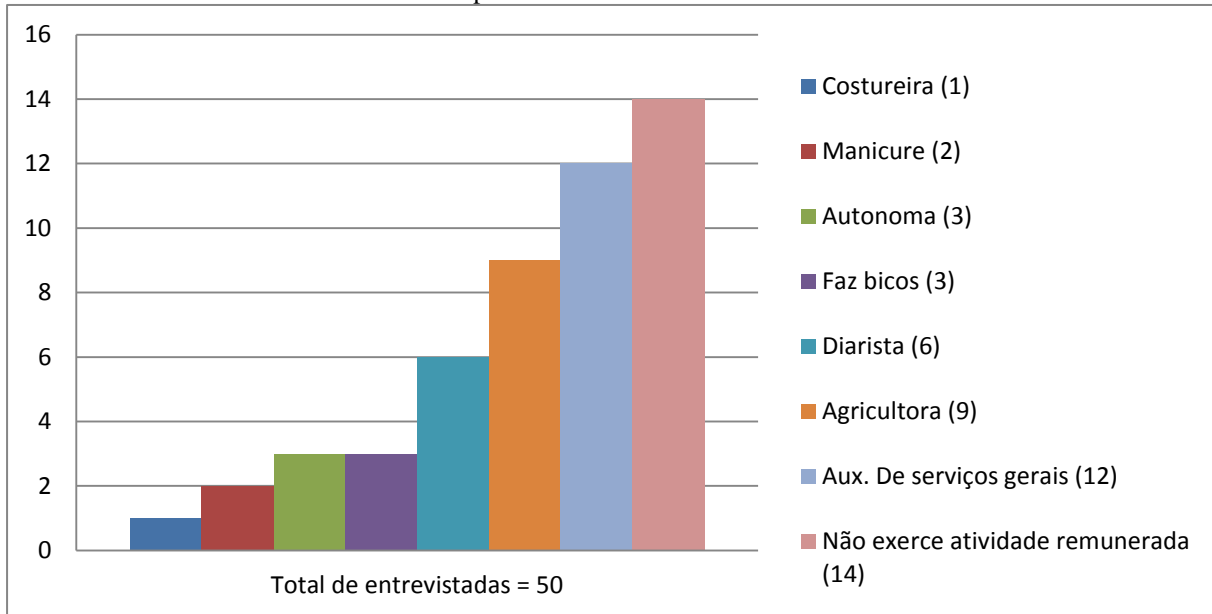
Gráfico 2 – Idade x Quantidade de filhos



Fonte: própria autoria.

No gráfico II nota-se que a maioria das mulheres têm de 0 a 3 filhos, representando 76% das entrevistadas, enquanto as mulheres que têm de 4 a 8 filhos representam 24% das entrevistadas. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome divulgou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que mostram uma redução da taxa de natalidade no Brasil entre a população pobre nos anos de 2003 a 2013. Os dados mostram que em 2013, as mães tinham, em média, 1,6 filho até 14 anos. Entre as mulheres 20% mais pobres do Nordeste, a média foi de 2 filhos. Entre 5% das famílias extremamente pobres do Nordeste, a média foi de 2,1 filhos. Ao invés de conceberem mais filhos, a pesquisa mostra a preferência das mulheres beneficiárias na melhoria da qualidade de vida dos seus familiares e filho(s), articulada ao desenvolvimento nutricional da criança, bem como um maior acompanhamento educacional.

Gráfico 3 – Atividade remunerada exercida pelas beneficiárias



Fonte: própria autoria.

Os dados acima demonstram que 72% das entrevistadas exercem algum tipo de atividade remunerada, contribuindo diretamente na renda familiar; as 28% restantes relataram estar desempregadas ou que somente trabalham em casa e cuidam dos filhos. Apesar dessa pesquisa não conter uma amostra representativa, esse dado contribui para refutar a ideia de que o PBF proporciona o chamado “efeito preguiça” nos usuários. Um estudo do MDS em 2009 sobre o índice de desemprego entre os beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família revelou que: na faixa etária entre 18 a 55 anos 11,4% dos desempregados não estavam inseridos no Programa, contra 14,2% que estavam desempregados mas encontravam-se inseridos.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2012, p. 10), há uma redução maior de horas trabalhadas por parte da mulher, porém, isso se justifica devido às mesmas se dedicarem mais aos filhos e aos trabalhos domésticos em maior grau que os homens. No geral há uma leve diferenciação entre os grupos estudados, porém, não significa que haja desincentivo da participação no mercado de trabalho entre os usuários do Bolsa Família.

De acordo com um artigo publicado em março de 2014 pela revista Fórum, intitulado: “Mulheres chefiam 93% das famílias atendidas pelo Bolsa Família”, são apresentados dados que mostram uma realidade com ainda mais elementos do que é muitas vezes transmitido pela mídia. Segundo o artigo, as mulheres beneficiárias passaram a ter mais autonomia no poder de decisão tanto no que diz respeito ao seu corpo – através de métodos contraceptivos – como se

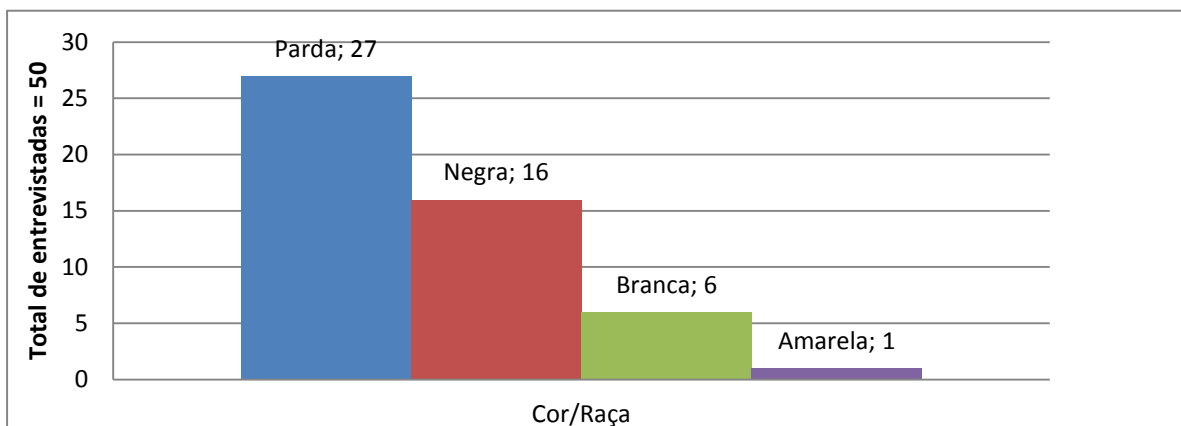
tornarem capazes de buscar, através de um emprego, a mudança da sua realidade sócio econômica.

Estudo realizado pelo ministério em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2012 revela que, além de proporcionar mais autonomia às mulheres, o Bolsa Família contribuiu para o aumento de oito pontos percentuais da participação das mulheres nas decisões sobre compra de remédios para os filhos e de 5,3 pontos percentuais sobre os gastos com bens duráveis. Ainda, segundo o estudo do PNUD, houve um aumento de 9,8 pontos percentuais no uso de contraceptivos pelas mulheres beneficiárias do Bolsa Família, indicando que elas têm cada vez mais força para tomar decisões sobre ter ou não ter filhos. A pesquisa mostrou também que, entre as mulheres não ocupadas, o Bolsa Família estimulou um aumento de cinco pontos percentuais na procura por trabalho, com destaque para a região Nordeste. Isso porque, ao receberem uma renda mínima, as mulheres passaram a ter melhores condições para procurar um emprego, seja na hora de pagar a passagem de ônibus ou de preparar a documentação necessária para o trabalho. (FÓRUM, 2014, n.p).

2 A QUESTÃO RACIAL E O BOLSA FAMÍLIA

No gráfico abaixo, do total das entrevistadas chama atenção o seguinte fator: 54% das mulheres se autodeclararam pardas, e, muitas delas, apesar dos seus traços não se reconheceram como negras. São várias as razões existentes no cotidiano brasileiro que fazem com que ainda ocorra essa espécie de bloqueio da identidade negra. É o racismo que se destaca junto aos seus desdobramentos, trazendo diversas implicações.

Gráfico 4 – Cor/Raça



Fonte: própria autoria.

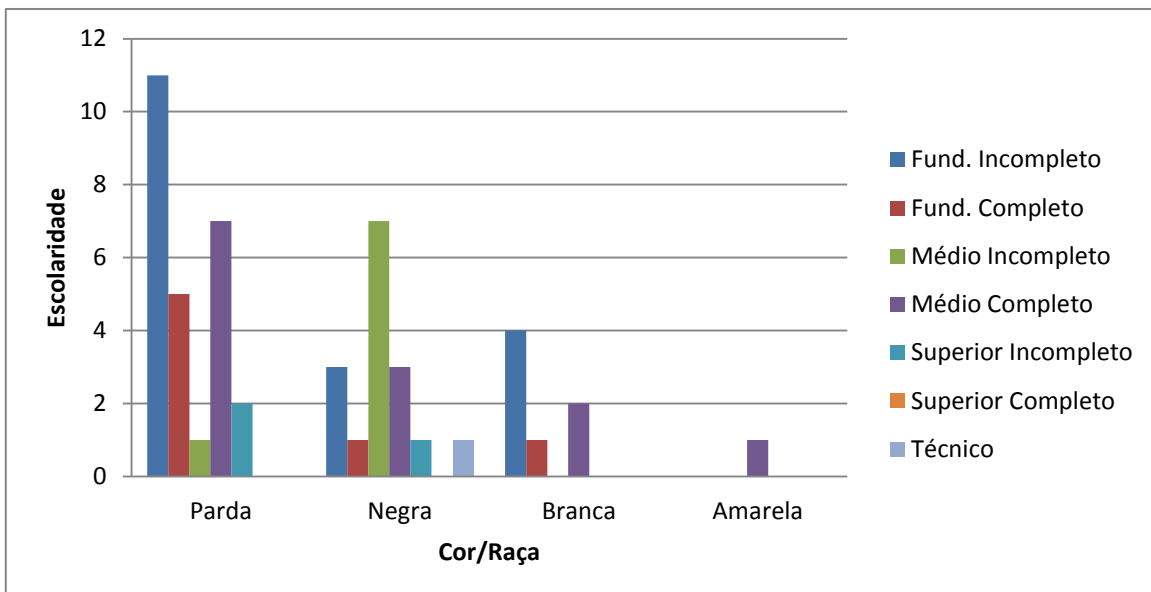
O gráfico - por menor que tenha sido a amostra diante do vasto universo que é a de mulheres beneficiárias do PBF – apresenta um pouco uma realidade que se comparada aos

dados relativos às características étnico-raciais da população brasileira, é possível visualizar em menor grau o quanto se aproximam. O site do IBGE apontou que no ano de 2004, 51,2% dos brasileiros se diziam brancos diante de 42% pardos e 5,9% negros – totalizando 47,9% de negros e pardos. Em 2014 há uma mudança relativa nesses dados, 53,6% passou a se autodeclarar negra e 45,5% se autodeclararam branca.

Apesar desse aparente crescimento na taxa da população negra sobre a branca, não há uma relação direta com a taxa de natalidade, e sim, com a autodeclaração. Esta é reflexo proveniente das lutas do movimento negro, do acesso à educação e de tantos outros meios que também objetivam romper com o termo “negro” enquanto carregado historicamente de conotação pejorativa, além de buscar ter acesso a conhecimentos relativos à sua ancestralidade.

No que diz respeito às beneficiárias do Bolsa, durante o mês de Julho de 2017 em Sergipe, o sistema CECAD apresenta o seguinte dado: de um total de 232.608 mulheres que recebem: 31.921 branca, 16.070 preta, 1.451 amarela, 182.616 parda, 398 indígena, 152 sem resposta. Somando-se a isso, o IBGE informa que em 2004, 73,2% dos mais pobres eram negros, patamar que aumentou para 76% em 2014. Esse número indica que três em cada quatro pessoas que estão na parcela dos 10% mais pobres do país são negras. Os brancos eram 26,5% dos mais pobres em 2004, caindo para 22,8% em 2014.

Gráfico 5 – Nível de escolaridade



Fonte: própria autoria.

O gráfico acima representa o total de entrevistadas numa relação entre cor/raça e o nível de escolaridade. São dados que preocupam no sentido da incompletude do ensino, o motivo de levá-las a não dar continuidade aos estudos, não sendo poucos: a necessidade de emancipação através do trabalho, a falta de condições objetivas de estudar (alimentação, materiais, vestuário, passagens), a concepção de um filho, o abandono involuntário por vontade do companheiro, etc. De acordo com dados do IBGE (2010): enquanto para o total da população, a taxa de analfabetismo é de 9,6%, entre os brancos é de 5,9%, já entre pretos, o total sobe para 14,4% e entre pardos para 13%. No ensino superior de acordo com o Censo: 31,1% dos brancos entre 15 e 24 anos concluíram o ensino superior, enquanto apenas 12,8% dos pretos e 13,4% dos pardos possuem o mesmo nível de instrução. Já no ensino fundamental, a diferença entre o percentual de brancos, pardos e pretos cai para cerca de 1%.

De acordo Netto (2001, p.45 apud MARTINS, 2013, p. 12) a ‘questão social’ está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração. Ainda segundo ela, a pobreza não tem como determinação o racismo. Ela é determinada pela exploração do trabalho pelo capital, pela riqueza socialmente construída e sua apropriação privada. Martins conclui que

o racismo no Brasil foi operado no sentido de violar os direitos de trabalhadores/as negros/as. Não por acaso, a população racialmente discriminada sequer chegou a se constituir em classe operária, o que resultou no seu distanciamento das formas de proteção social, ensejado pela política contributiva do regime de trabalho brasileiro. (MARTINS, 2013, p. 13).

3. AS MULHERES E O BOLSA FAMÍLIA: O PRIMEIRO CONTATO, A GESTÃO E A AUTONOMIA

Das questões relacionadas diretamente ao PBF inicialmente realizou-se uma sondagem com as beneficiárias sobre os aspectos gerais do Programa. A primeira questão foi sobre como elas conheceram o Programa, como segue no gráfico abaixo:

Gráfico 6 – Como conheceu o PBF

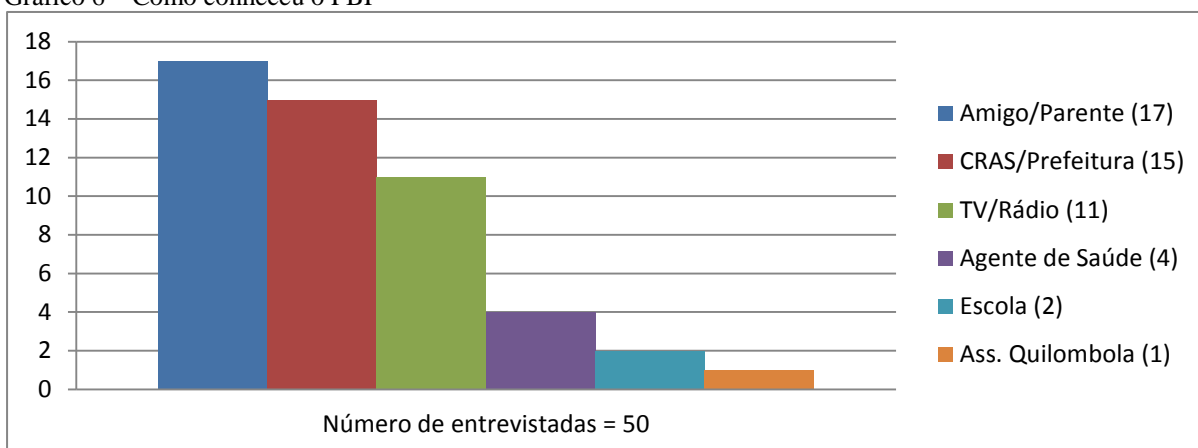


Gráfico: própria autoria.

De acordo com o gráfico, percebe-se que a maioria das entrevistadas conheceram o PBF através de pessoas do seu meio social (34%) e através dos CRAS/Prefeituras (30%). Os meios de comunicação também se configuram como instrumentos de informação muito eficazes, se levarmos em conta que 22% das entrevistadas relataram ter conhecido o Programa através da TV e do Rádio. As demais entrevistadas obtiveram informações sobre o Programa através de agentes de saúde (8%), na escola dos filhos (4%) e Associação Quilombola (2%).

Quadro 4 – Tempo que recebe o Bolsa Família

Tempo que recebem	1 a 3 anos	4 a 5 anos	7 a 9 anos	Mais de 10 anos
Entrevistadas	20	16	5	9

Fonte: própria autoria.

A tabela mostra o tempo de recebimento do benefício, a maior parte das entrevistadas recebem num período de 1 a 3 anos (40%), de 4 a 6 anos (32%), de 7 a 9 anos (10%) e as que recebem a mais de 10 anos (18%). Durante esse tempo em que receberam o benefício algumas delas relataram que já tiveram o benefício bloqueado por diversas vezes, o motivo principal é a dificuldade em cumprir as exigências relacionadas às condicionalidades impostas pelo Programa.

Quadro 5 – Exigências do PBF x Dificuldade em cumprir as condicionalidades

Exigências	Sim – 9	Não – 40	Não informou - 1
Condicionalidades	Bom – 26	Um incentivo - 18	Regular – 4

Fonte: própria autoria.

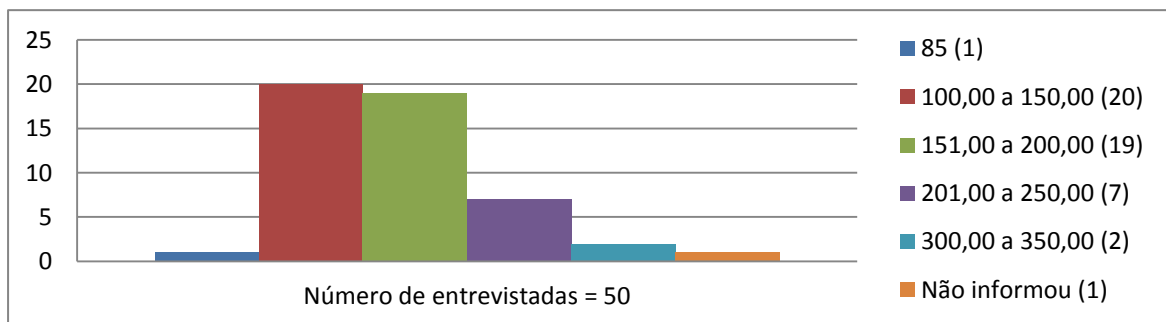
A maioria das mulheres (80%) relataram não encontrar dificuldades em cumprir as exigências; 18% disseram que sim, pois, muitas vezes é difícil manter o filho na escola devido a situações que estão relacionadas a diversos fatores, como: a desobediência, a falta de estímulos tanto por parte da escola como em casa; etc.; e 2% das entrevistadas não informaram, nesse caso, as entrevistadas informaram não ter filhos.

Sobre as opções relacionadas às condicionalidades: 52% assinalaram como “bom”, 36% como “um incentivo”, e 8% assinalaram a opção “regular”. Entre as entrevistadas que responderam regular, encontram-se as que não conseguem cumprir as exigências. É importante mencionar também que dentro dessas condicionalidades²⁸ as titulares do benefício devem manter seus cadastros atualizados.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sempre que houver alteração na renda familiar, mudança de endereço ou transferência de unidade escolar, o titular do benefício deve informar ao setor do PBF no município. Para realizar a atualização do cadastro é necessário levar a documentação de toda a família. (BRASIL, 2013, n.p).

O valor do benefício para as famílias em situação de pobreza varia de acordo com o número de filhos e/ou matriculados na escola com frequência regular, o valor mínimo é de R\$ 85,00 reais (Básico) e pode chegar a R\$ 372,00 reais (incluindo o Básico, o Variável e o Benefício Variável Jovem - BVJ). No caso das famílias em situação de extrema pobreza esse valor pode variar e ultrapassar o valor máximo (R\$ 372,00), isso ocorre quando mesmo recebendo o Bolsa Família a renda per capita familiar ainda não alcança a faixa dos extremamente pobres estipulada pelo Governo Federal, que é de R\$ 85,00 reais.

Gráfico 7 – Valor recebido por família



Fonte: própria autoria.

²⁸ No tocante à saúde, à educação, à renda familiar e qualquer outra informação que acarrete no bloqueio ou perda do benefício.

Entre as famílias entrevistadas: 2% recebem R\$ 85,00; enquanto a maioria das entrevistadas quem somam 40% recebem entre R\$ 100,00 a R\$ 150,00, a outra grande parcela representada por 38% recebem entre R\$ 151,00 a R\$ 200,00; apenas 4% informaram receber acima de R\$ 300,00 e 2% não informaram o valor recebido. Nenhuma das entrevistadas recebe o valor máximo do benefício, também não foi identificado se alguma se encaixa na faixa da extrema pobreza. Percebe-se que o valor pago pelo PBF é baixo e que é muito difícil manter uma família sem uma renda extra, então, foi questionado quantos moradores de cada casa contribuem com a renda familiar.

Quadro 6 –Número de pessoas que contribuem com a renda familiar

Contribuem com a renda	Ninguém	01 pessoa	02 pessoas	03 pessoas	06 pessoas
Número de pessoas	03	28	16	02	01

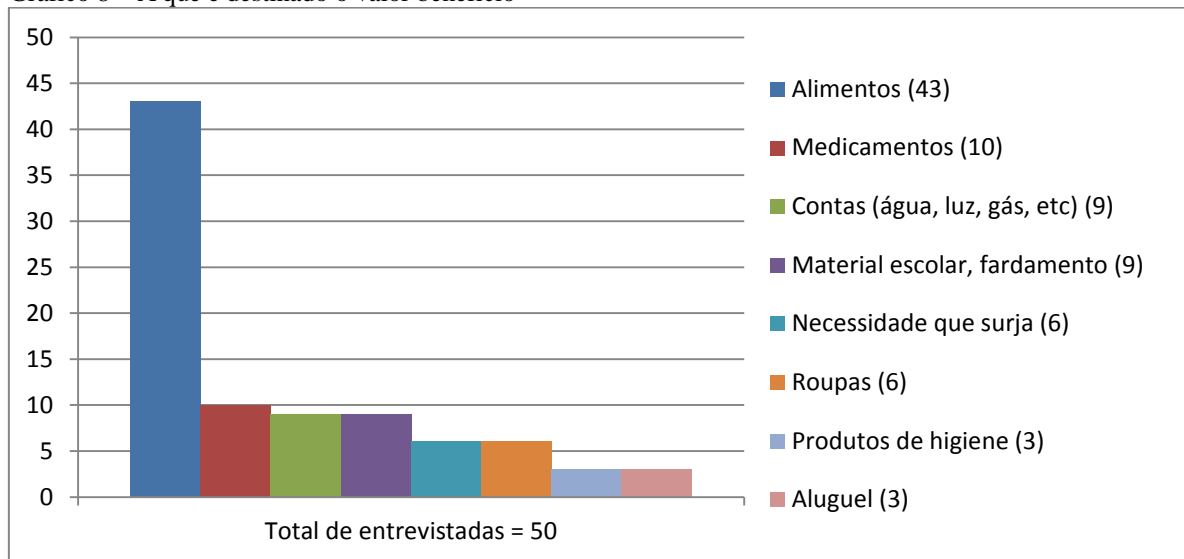
Fonte: própria autoria.

Das respostas obtidas: 6% informaram que nenhum integrante da família trabalha, 56% informaram que pelo menos uma pessoa contribui com a renda (desses, 34% são as próprias mulheres que provém a renda), 32% responderam que duas pessoas trabalham, 4% disseram que 3 pessoas desenvolvem alguma atividade remunerada, e apenas 2% das entrevistadas relataram que os 6 moradores da casa contribuem com a renda familiar. Através desses dados observa-se que 94% das entrevistadas desenvolvem alguma atividade remunerada, não deixando para sobreviver unicamente à cargo do benefício.

Levando em conta o valor recebido pelo benefício, foi questionado seu nível de importância na vida dessas mulheres: 78% responderam que é muito importante, 20% responderam que é importante, enquanto apenas 2% classificaram como regular. Percebe-se que o valor pago pelo Programa agrega muito na renda familiar, tendo o poder de amenizar a pobreza e a extrema pobreza, porém, é necessário compreender que o benefício atua como um complemento na renda - caso contrário o objetivo do Programa não será cumprido na íntegra - ele por si só não é capaz de prover todo o sustento da família.

Das entrevistadas, 98% são titulares do benefício. Ao questionar quem o administra 90% responderam que elas mesmas decidem como gastar o benefício, 10% relataram que a decisão é tomada em conjunto com a família. Para saber como é feita a gestão do benefício por parte da mulher, foi questionado a quem é destinado o valor recebido pelo Programa.

Gráfico 8 – A quem é destinado o valor benefício



Fonte: própria autoria.

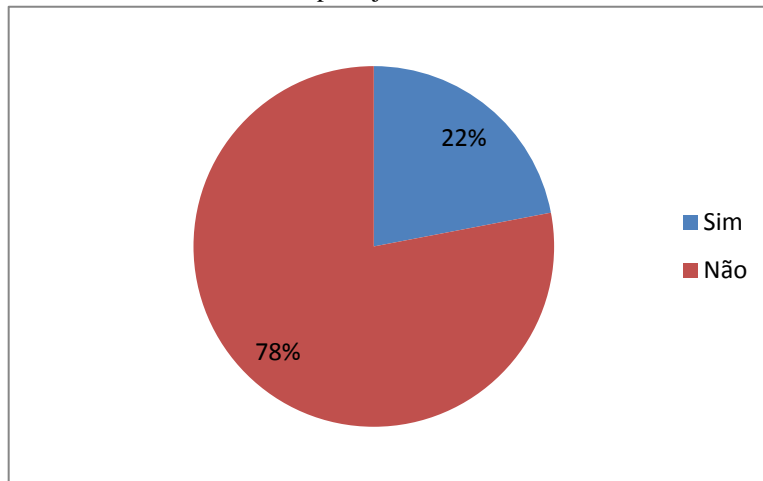
Quando questionadas sobre as prioridades dadas ao gasto do benefício: 86% das entrevistadas informaram utilizar em alimentação. Seguindo o nível de importância estão: medicamentos (20%), contas da casa, material escolar e fardamento representam respectivamente 18%; a respeito de qualquer necessidade que surja e vestuário totalizam separadamente 12%; produtos de higiene e aluguel totalizam respectivamente 6%.

Trata-se de um dado extremamente importante levando em conta que o PBF tem como um dos seus objetivos a segurança alimentar da família, seguido do acesso à saúde e à educação. Além disso, corrobora com a pesquisa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) na qual identificou que 87% dos beneficiários do Programa Bolsa Família afirmam priorizar a alimentação no gasto do benefício e 45,6% dizem gastar primeiramente em material escolar, seguido de vestuário com 37,1%. (IBASE, 2008, n.p).

Quando questionadas sobre a situação da moradia foram dadas as seguintes opções de resposta: própria, alugada, emprestada ou situação irregular. O que chamou mais atenção foi que mais da metade dessas mulheres possuem casa própria representando 56% do total, as que responderam casa alugada foram 20% das entrevistadas, das que dizem estar em situação irregular também corresponde a 20%, e das que moram em casa emprestada representam 4% do total.

Entre as entrevistadas que possuem casa própria, cerca de 40% relataram ter adquirido o imóvel através do Programa Minha Casa Minha Vida²⁹ (PMCMV). Segundo a Organização das Nações Unidas no Brasil (ONUBR) 88% das moradias estão no nome das mulheres, esse dado justifica-se devido ao PMCMV ter preferência feminina na entrega das escrituras do imóvel. Além disso, após a separação conjugal, a mulher tem o direito de ficar com o imóvel, exceto quando há filhos e a guarda é atribuída ao marido, nesse caso a casa ficará registrada no nome dele. Esse é um dado importante levando em conta que o Programa desde sua implementação em 2009 vem beneficiando milhares de brasileiros que antes viviam de aluguel. Segundo o Portal do Brasil (2016), até o ano de 2015 foram entregues 2,6 milhões de casas, beneficiando 9 milhões de pessoas.

Gráfico 9 – Possibilidade de planejamento com o PBF



Fonte: própria autoria.

Sobre o valor do benefício pago às famílias foi questionado se existe a possibilidade de planejar algo com esse dinheiro: a maioria das entrevistadas respondeu que não, totalizando 78%; as mulheres que responderam que sim, é possível planejar algo com Bolsa Família, foram 22%. Entre as entrevistadas que justificaram suas respostas foram selecionadas algumas para melhor ilustrar a opinião das mesmas. Das mulheres que responderam sim:

²⁹ O PMCMV é um programa habitacional lançado em 2009 pelo Governo Federal, tendo como objetivo subsidiar a aquisição da casa própria a famílias com renda de até 1,8 mil reais e facilita as condições de acesso ao imóvel para famílias que possuem renda de até 6,5 mil reais. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

Sim, compro móveis e outras coisas no cartão de parentes e posso pagar a prestação. (Sete).

Sim, planejamento das contas da casa e reservas para material escolar. (Nove).

Sim, quando estou trabalhando se economizar dá pra guardar um pouco (Trinta e dois).

Sim, posso comprar uma roupa nova pra o natal para mim e para as crianças. (Trinta e três).

Entre as entrevistadas que responderam que não há como planejar algo com o valor recebido do Bolsa Família:

Não. O dinheiro já possui destino certo, só dá para a alimentação mesmo. (Treze).

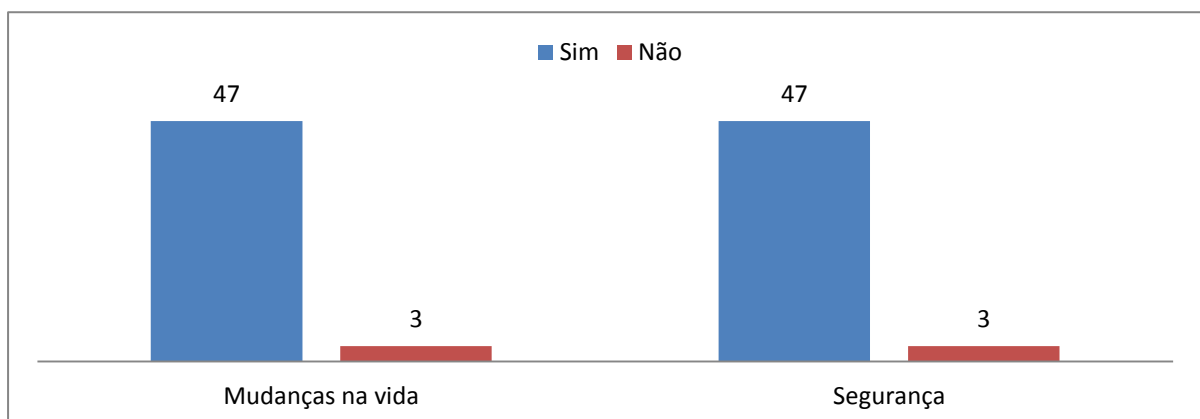
Não. O dinheiro ajuda, mas é pouco, dá para comprar apenas o essencial. (Trinta e um).

Não. Apenas para alimentação e material escolar para os meninos. (Quarenta e seis).

Percebe-se na fala de algumas das entrevistadas que o PBF possibilita o crédito para compra antecipada de itens domésticos básicos para melhoria do ambiente em que vivem, contribui também na compra de material escolar e roupas para as crianças e ainda quando algum membro da família desenvolve alguma atividade remunerada, é possível guardar algum dinheiro.

Das entrevistadas que responderam não, a maioria relatou que o dinheiro supre apenas as necessidades alimentares e que não sobra para outros fins. Mesmo a maioria das entrevistadas relatarem que algum membro da família desenvolve alguma atividade remunerada, percebe-se que o rendimento mensal ainda é muito baixo e o valor recebido pelo Programa em muitos casos é a única alternativa de renda fixa na qual a família pode contar.

Gráfico 10 – Mudanças na vida x Segurança



Fonte: própria autoria.

Quando questionadas se o benefício provocou mudanças em suas vidas 94% das entrevistadas responderam que sim, enquanto 6% disseram que não. Sobre o benefício trazer segurança para as mesmas, 94% relataram que sim e 6% informaram que não.

De acordo com as respostas dadas, as principais mudanças que o Bolsa Família proporcionou na vida dessas mulheres estão relacionadas ao aumento da autonomia financeira, no que tange ao poder de compra e de decisão. Sendo a mulher ainda a principal responsável por cuidar dos filhos e da casa, esse poder acaba refletindo na qualidade de vida e saúde de toda família. Segue abaixo o relato das mesmas:

Sim. O benefício trouxe bastantes melhorias em minha vida, é garantia da alimentação mesmo quando não estou trabalhando. (Três).

Sim. A alimentação melhorou, a saúde das crianças também, eles vão para a escola todos os dias sem eu precisar pegar no pé. (Vinte).

Sim, porque recebendo o Bolsa Família para comprar alimentação, o que ganho por fora dá para investir em outras coisas. (Vinte e nove).

Sim. Ajudou mais em casa, porque meu marido não me ajudava, era só eu e meu dinheiro que ganhava trabalhando na roça. (Trinta e um).

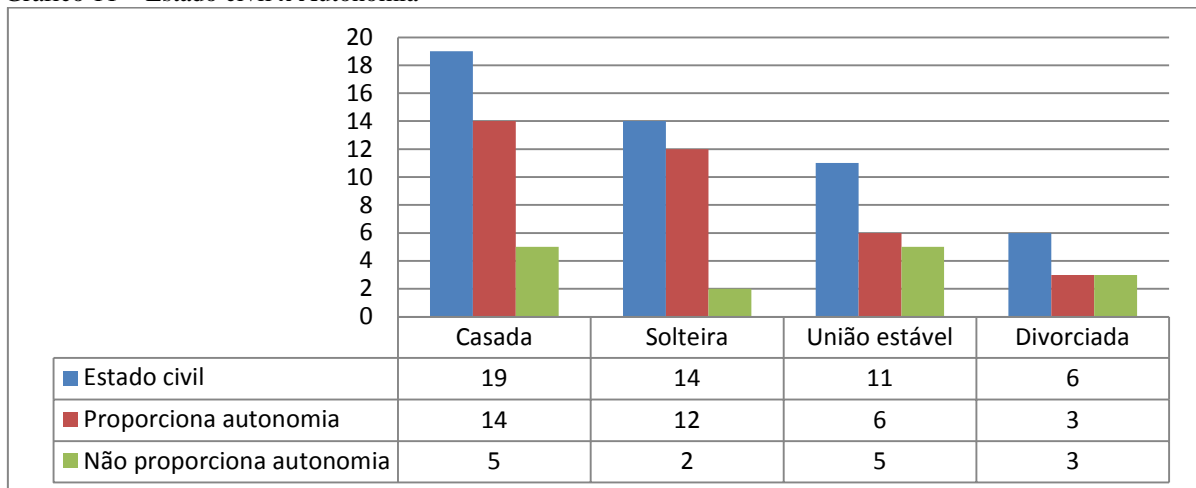
Mudou, principalmente na época em que eu morava com meu ex-marido. O dinheiro me ajudou porque antes eu pedia tudo a ele (Trinta e nove).

Ajuda no pagamento das contas e posso comprar algo que eu tenha vontade para mim. (Cinquenta).

Pode-se observar que são diversos os fatores que influenciam na mudança de vida dessas mulheres, por menor que seja o valor recebido pelo Programa, este, tem a capacidade de transformar mesmo que em alguns aspectos a vida das beneficiárias. Só o fato de não ser dependente financeiramente do companheiro e de poder comprar, possibilita planejar minimamente a vida, resultando também no aumento da autoestima dessas mulheres.

Sobre o benefício proporcionar segurança, a maioria das entrevistadas (94%) relataram que o motivo de se sentirem seguras com o Bolsa Família se dá pelo fato de ser uma renda fixa na qual as mesmas podem confiar mensalmente e dessa forma se planejarem para comprar itens que necessitem. Das entrevistadas, 6% responderam que não se sentem seguras com o benefício e relataram que por diversas vezes o PBF é bloqueado devido ao descumprimento das condicionalidades.

Gráfico 11 – Estado civil x Autonomia



Fonte: própria autoria.

Em se tratando do estado civil das entrevistadas o percentual é de: 38% casadas, 28% solteiras, 22% em união estável e 12% são divorciadas. Ao perguntar se o Programa Bolsa Família proporcionou a elas autonomia, as respostas foram: entre as casadas 74% disseram que sim, trouxe autonomia e 26% disseram que não; entre as mulheres solteiras 86% disseram sim e 14% que não; entre as que tinham união estável 55% disseram que sim e 45% não; entre as divorciadas 50% sim e 50% que não. Totalizando os resultados, 70% das entrevistadas relataram que sim, o Programa lhes trouxe autonomia, já 30% delas disseram que não proporcionou.

Através de alguns relatos, é possível perceber os diferentes significados do termo “autonomia” para elas. Em conversa, algumas informaram que passaram a ter mais autonomia pois:

Agora posso comprar umas coisinhas diferentes, fazer um agrado pras filhas, comprar um shampoo melhorzinho, né? Um danone que o filho pede, uma pêra para a neta quando vamos no mercado. (Oito).

Não preciso mais pedir dinheiro pra tudo para o meu marido. (Vinte e Dois).
Antes dependia só do meu marido, e agora mesmo que eu não ‘teja’ trabalhando ainda assim tem esse dinheiro que ajuda. (Trinta e Cinco).

Algumas das mulheres que informaram sobre o Programa não ter trazido autonomia em suas vidas, explicam:

Não, pra mim isso não tem importância, tenho que trabalhar muito do mesmo jeito. (Três).

Não, porque sempre fui capaz de resolver tudo sozinha, mesmo quando o meu marido me abandonou com minha filha. (Seis).

Não, pois eu e meu companheiro somos muito unidos e um sempre ajuda o outro na criação dos filhos, até na plantação, na colheita, só não na venda porque anda meio adoentado. (Onze).

Não, está tudo do mesmo jeito, em casa é tudo dividido certo. (Vinte e Seis).

Não, porque sempre tive autonomia, nunca esperei por ninguém para ter minhas coisas. Sempre me virei sozinha, além disso tenho dois filhos pra criar. (Trinta e Dois).

Servindo de parâmetro para a análise da percepção que algumas delas possuem acerca da autonomia feminina, como já citado em item anterior na página 43 desse trabalho, nela: “seu significado está relacionado com independência, liberdade ou autossuficiência. Ou seja, quando o indivíduo é capaz de governar sua própria vida a partir de seus próprios meios, seguidos de seus valores e princípios”. A autonomia está diretamente ligada aos fatores econômicos, políticos e sociais.

Durante muitos anos, a mulher possui em seu histórico social, político e econômico uma vida de privações, de direitos desiguais, de escassez no que diz respeito à liberdade, ao mercado de trabalho, à remuneração, ao poder de decisão e reconhecimento; a elas lhes restavam somente o cuidado com o lar – que na maioria das vezes o imóvel estava sequer em seu nome, era sempre no nome do marido, ou pai, e não lhes era permitido gerir os negócios da família, etc. – e com os filhos, onde não se podia ter o direito – por vezes nem o dinheiro ou conhecimento sobre – ao uso de contraceptivos.

O Bolsa Família através da sua atuação em todo o Brasil e através da sua iniciativa ao sugerir como titular do benefício a mulher – por ser geralmente a conhecedora e quem dá prioridade às necessidades familiares -, findou por proporcionar ainda que minimamente – e mesmo que muitas não percebam a depender do seu modo de vida ou ainda não tenha, de fato, sofrido esse impacto – um poderio³⁰ sobre sua própria vida, um melhor direcionamento das suas escolhas e a possibilidade de tomar determinadas decisões, que antes, era difícil até de imaginar, muitas vezes pela falta de qualquer recurso financeiro a fim de contribuir com a sua autonomia.

Através dos primeiros relatos em que elas inicialmente responderam como positivo o fato do Programa ter lhes trazido autonomia, é possível perceber as diferentes concepções que se mostraram. Essas variam, também, de acordo com a vida e as necessidades de cada uma e

³⁰ Rever o item “Conceitos sobre autonomia e empoderamento feminino”.

de suas famílias. O PBF ao invés do fornecimento direto de alimentos, roupas e medicamentos, e sim, ao atuar com o repasse do benefício em dinheiro, permite o alcance de uma nova dimensão: o poder de compra atrelado ao poder de decisão, o que também configura uma forma de autonomia.

Uma outra forma trata-se da liberdade, da quebra da necessidade direta, da dependência financeira seja por parte do marido/companheiro ou de qualquer outro parente em que antes era necessário se sujeitar aos comentários ou ao simples fato de ter que pedir algum dinheiro para sanar uma necessidade própria ou dos filhos, etc. Foi possível perceber, ainda que não relatado, a falta de conhecimento sobre o termo. Algumas das que declararam como positiva a autonomia através do Bolsa, aparentavam ter dúvidas ou até mesmo uma certa estranheza quando citado o termo.

De algumas das que declararam que não passaram a ter mais autonomia com o Programa cabe a seguinte análise: é perceptível em algumas falas o não conhecimento sobre o empoderamento, a autonomia, pois, ainda que a neguem, ela se encontra presente. Uma delas diz que não passou a ter mais autonomia tendo em vista que sempre a teve, sempre foi capaz de gerir sua vida ainda que tivesse os filhos para poder criar. Outra diz que não, pois, continua trabalhando muito. Em falas como essas é possível perceber a dificuldade em compreender algo que há muito tempo vem sendo conquistado pelas mulheres; essa falta de entendimento é, por vezes, compreensível a depender do acesso que essa pessoa tenha: aos materiais que retratem essa forma de emancipação - o meio em que vive também pode vir a contribuir com o acesso ou não -, aos meios de comunicação (internet, televisão, rádio, redes sociais), e o acesso às redes de proteção em que em um dado momento esse tema possa vir a ser discutido dado o seu nível de importância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Bolsa Família tem se configurado uma importante contribuição na vida das famílias beneficiárias, e, em diversos casos tem sido a única fonte de renda. O Programa foi criado a partir da unificação de diversos programas de transferência de renda já existentes no Brasil, essa junção teve como objetivo articular o Programa a outros serviços sociais básicos - Educação, Saúde e Assistência Social –, que através das suas condicionalidades visa contribuir para que as crianças frequentem a escola e que tenham acompanhamento médico e nutricional.

Outro fato importante sobre o PBF trata-se do objeto de estudo desta pesquisa, refere-se à mulher enquanto escolhida primordialmente como titular do benefício – objeto de estudo deste trabalho. Enquanto administradora do cartão é ela quem decide o que fazer com o valor recebido, bem como por ser a mulher - culturalmente falando - a responsável pelo lar, ela torna-se responsável pelo cumprimento das condicionalidades impostas pelo Programa.

Para a análise das oportunidades que o Programa Bolsa Família tem proporcionado para as mulheres, bem como compreender o porquê da figura feminina ser a principal escolhida como titular do benefício, foram levantados alguns estudos bibliográficos sobre a mulher, suas conquistas, e como a figura feminina vêm ocupando seu lugar na sociedade enquanto cidadã de direitos.

O Programa Bolsa Família foi abordado nas pesquisas documentais, desde sua implementação, objetivos, público alvo, condicionalidades, entre outros. A pesquisa permitiu conhecer melhor a dinâmica do programa e sua contribuição no enfrentamento da pobreza e extrema pobreza no país. Além disso, também foi realizada uma pesquisa de campo com mulheres beneficiárias do Programa, onde foram levantados alguns questionamentos quanto à gestão do benefício, suas dificuldades e possibilidades por parte delas.

Sobre o perfil das entrevistadas têm-se que as mulheres possuem faixa etária entre 21 e 51 anos. Entre elas a maioria desenvolve alguma atividade remunerada e boa parte delas são as únicas provedoras do lar. Isso demonstra as mudanças que a sociedade vem passando ao longo dos anos, onde antes, apenas os homens eram os responsáveis por manter a família financeiramente. Sobre o nível de escolaridade, os resultados mostram que boa parte delas não completou o ensino fundamental, e isso pode ser justificado devido à falta de condições financeiras que podem resultar no abandono dos estudos para que possam trabalhar. Outro

fator que pode ser determinante é a maternidade, tendo em vista que muitas mulheres ao se dedicarem aos filhos e ao lar não dispõem mais de tempo.

No geral, as entrevistadas se mostraram positivas quanto ao PBF, relataram de que forma o benefício trouxe mudanças para suas vidas e sobre sua importância. Foi confirmado que a escolha da mulher como titular e gestora do benefício tem contribuído para manter as crianças na escola e para uma alimentação mais saudável. As mesmas destacam que o recurso é destinado prioritariamente à alimentação e ao pagamento das contas da casa (gás, luz, água).

Sobre o Bolsa Família promover autonomia, um considerável percentual disse que sim, pois, com o dinheiro que recebem se tornam menos dependentes de seus cônjuges, principalmente se elas estiverem desenvolvendo alguma atividade remunerada. Relatam ter mais liberdade para decidir com o que gastar, levando em conta que em muitos casos os companheiros- por vezes, pela falta de emprego - não contribuem nem mesmo com alimentação.

Observa-se que, visto com preconceito por uns e aclamado por outros, o fato é que o Programa não apenas possibilita o combate à fome e à miséria, como possui um grande papel na promoção da autonomia das mulheres. Ainda que a autonomia não esteja unicamente ligada ao fator econômico, através do Bolsa, este, passou a atuar na vida dessas mulheres - que muitas, sequer, possuíam alguma fonte de renda - contribuindo com a transformação das suas realidades.

Em um dado momento é necessário deixar de lado a função material da moeda e observar o seu valor simbólico na vida dessas pessoas. A mulher que antes era dependente do companheiro, entes familiares, ou até mesmo da sua luta diária por um mínimo de comida para sua sobrevivência e/ou dos seus filhos; a partir do momento em que lhes é garantido uma renda mensal, ainda que mínima – permitindo que sejam realizadas operações de trocas entre os indivíduos e ainda possibilita escolhas, mesmo que pequenas – lhes permite romper com a dependência que não era por escolha dela, ou, até mesmo com uma cultura tradicional e machista do homem como provedor do lar. O simples fato do sujeito ter o poder de escolher é uma ação que garante a humanidade.

Através da coleta de dados realizada com o intuito de traçar um perfil – ainda que mínimo – dessas mulheres beneficiárias, foi possível enxergar o impacto que o Programa causa na vida delas. Muitas, ainda que recebam o valor mínimo ofertado, são capazes de gerir o benefício de forma que lhes permita o mínimo para sua sobrevivência e de sua família - caso possua. Além disso, o contato obtido através desta pesquisa, seja em forma de relatos, das

experiências vividas por essas mulheres, garantiu um maior aporte teórico, ainda que bastante subjetivo, singular.

No entanto, apesar do Programa proporcionar uma certa autonomia para as mulheres, o mesmo possui lacunas. No tocante às condicionalidades, tem-se que as mesmas recaem em responsabilidades apenas para as mulheres. Tendo em vista que são elas que devem garantir a frequência escolar dos filhos, manter o cartão de vacinação em dia, bem como estar sempre atualizando o cadastro para que não tenha o benefício bloqueado ou cancelado a depender de cada caso. Percebe-se então que o Programa contribui para manter práticas cristalizadas sobre a divisão sexual do trabalho, onde a mulher continua sendo a responsável por todas as atribuições domésticas as quais sempre lhes foram direcionadas.

Para finalizar pontua-se que, a autonomia manifesta-se de diversas formas, independente do olhar e do conhecimento que se possua sobre ela. Inicialmente, a pesquisa apresentava dados que por vezes não eram tão compreensíveis a ponto de associá-los à autonomia; ao sair da superfície do conhecimento e adentrar um pouco mais fundo no conceito de autonomia, descobriu-se o seu poder e seus direcionamentos possíveis. Antes relacionada apenas ao poderio feminino enquanto mulher equiparada ao homem, desprovida de qualquer forma de submissão; agora, enquanto indivíduo capaz – desde que lhes seja dado o poder de escolha – de se autogerir e ainda gerir o seu meio, seja enquanto mulher: trabalhadora, cuidadora do lar, casada, solteira, viúva, desquitada, enfim. Mulher.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, O. H. M. Políticas Públicas, Política Sociais e Políticas de Saúde: algumas questões para reflexão e debate. **Tempo Social: Sociologia USP**, São Paulo. Vol. 1, Ano 2, 1989, p. 105-119.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BELLOZO, E. A Participação das Mulheres nos Movimentos Sociais Brasileiros nas Décadas de 1970 E 1980: a luta pela redemocratização. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 1., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2005. p. 1-7. Disponível em: <www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/edsonbellozo.pdf>. Acesso em: 05 de mar. de 2017.

BORGES, A. E. de A. et al. Implementação de igualdade entre os sexos e autonomia feminina: premissas do terceiro objetivo de desenvolvimento do milênio. **Rev. Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, Juazeiro do Norte. Vol. 2, n. 5, Ano 2, 2014. Faculdade Leão Sampaio.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 8 jul. 2017.

_____. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm>. Acesso em: 5 jul. 2017.

_____. Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm>. Acesso em: 5 jul. 2017.

_____. Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016. Altera o Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8794.htm>. Acesso em: 6 jul. 2017.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 28 abr. 2017.

_____. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em: 30 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm>. Acesso em: 27 jul. de 2017.

_____. **Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. Políticas para as Mulheres. **Ministério da Justiça e da Cidadania**, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho>> Acesso em: 29 ago. 2017.

_____. Portal Brasil. **Beneficiárias do Bolsa Família têm menos filhos**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/beneficiarias-do-bolsa-familia-tem-menos-filhos>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. Portal Brasil. **Com Minha Casa Minha Vida, sonho da moradia própria vira realidade para brasileiros**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/01/com-minha-casa-minha-vida-sonho-da-moradia-vira-realidade>> Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. Projeto de Lei do Senado lei nº 00080, de 16 de julho de 1991. Institui o programa de garantia de renda mínima – PGRM e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1991. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/1270>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

CALENDÁRIO. Calendário de pagamentos do Programa Bolsa Família. **MDS**. 2017. Disponível em:< <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios/calendario-de-pagamentos-1>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CAMARGO, C. F. et al. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, p. 157- 158, 2013.

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CAMPOS, E. M. **O voto feminino no Brasil: a luta pela participação política da mulher**. Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná, 2012. Disponível em: <<http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/ConquistaVotoFemininoBrasil.pdf>> Acesso em: 22 mar. 2017.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no programa bolsa família. **Revista Textos & Contextos, Porto Alegre**, v.11, n.2, p. 258-272, ago./dez. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/12337/8636>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CARTILHA. Bolsa Família: transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social. **MDS**. 2015. Disponível em:< http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CARVALHO, D. E. et al. **Amostragem Intencional: Definição e Aplicações a Pesquisa Econômica.** Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/5061003/amostragem-intencional-definicao-e-aplicacoes-na-pesquisa-economica>>. Acesso em: 29 de Julho 2017.

CECAD. **Consulta, seleção e extração de informações do CadÚnico.** Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/auth/index.php>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

COSTA, V. M. F.; VITA, A.; PRALON, M. E. **Reforma das Políticas Sociais num Contexto de Descentralização: o papel dos Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima no combate à pobreza. CEDEC: Cadernos, São Paulo. n. 65., 2004.** Disponível em: <http://www.cedec.org.br/files_pdf/CAD65.pdf> Acesso em: 7 set. 2017.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. **Políticas Públicas e Assistência Social: Diálogo com as práticas psicológicas.** Petrópolis: Vozes, 2009.

DEMO, P. Elementos da metodologia dialética. In: **Introdução à metodologia da ciência.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1985. Cap. 6, p. 85-100. Disponível em: <<http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/attach/74301206/DEMO-Introducao-a-Metodologia-da-Ciencia.pdf>> Acesso em: 19 mar. 2017.

FERREIRA, V. S. **O Impacto do Programa Bolsa Família na Vida das Mulheres de Santiago do Iguape – Comunidade Quilombola da Cidade de Cachoeira - BA. 2012. 87 f.** Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – UFRB, Cachoeira. 2012.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FORUM. Portal Brasil. Mulheres chefiam 93% das famílias atendidas pelo Bolsa Família. **Revista Fórum.** s/p. 15 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mulheres-chefiam-93-das-familias-atendidas-pelo-bolsa-familia/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

GASPARI, L. T. **Educação e Memória: Imagens Femininas nas “Gêmeas do Iguacú” nos anos 40 e 50.** 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2003.

HEFFEL, C. K. M.; SILVA, V. A Construção da Autonomia Feminina: O empoderamento pelo capital social, In: **COLÓQUIO NACIONAL DE REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADES**, 12., 2016, Campina Grande – SP. **Anais...** Campina Grande: Realize, 2016, p. 1-10. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV053_MD1_SA8_ID1895_11052016133624.pdf>. Acesso em: 23/07/2017.

IBASE. **Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiárias.** Rio de Janeiro: IBASE, 2008. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf> Acesso em: 01 set. 2017.

IPEA. **A face feminina da pobreza: Sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil.** Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4726> Acesso em: 11 mar. 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LICIO, E. C. **A Trajetória dos Programas de Renda Mínima e Bolsa Escola no Brasil: O Impacto da Variável Federativa**. 2002, 128 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-graduação, Fundação Getulio Vargas – IEAESP, São Paulo. 2002.

MARTINS, T. C. S. Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. **Revista Inscrita**, Brasília, DF, ano 10, n. 14, p. 12-19, dez. 2013.

MELO, K. B.; MOREIRA, N. C. Monitoramento e avaliação do Programa Bolsa Família: Um estudo sobre a administração do benefício em Aracaju (Sergipe). In: CONGRESSO CONSAD, 8., 2015, Brasília. **Anais...** Brasília: CONSAD, 2015. p. 1-24. Disponível em: <<http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/1287/1/MONITORAMENTO%20E%20AVALIA%C3%87%C3%83O%20DO%20PROGRAMA.pdf>>. Acesso em: 20 de abr. 2017.

MESQUITA, C. S. **O Programa Bolsa Família: Uma análise de seu impacto e alcance social**. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre feminização da Pobreza e Políticas Públicas para mulheres. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 28., 2004, Caxambú. **Anais...** Caxambú: Escola Nacional de Ciências Estatísticas/IBGE, 2004, p. 1-18.

NOVELLINO, M. S. F.; BELCHIOR, J. R. Feminização e transmissão intergeracional da pobreza no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16, 2004, Caxambú. **Anais...** Caxambú: ABEP, 2008, p. 1-20. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1883/1841>> Acesso em: 21 abr. 2017.

ONUBR. **Mulheres são principais beneficiárias de políticas sociais brasileiras, diz publicação de agência da ONU**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/mulheres-sao-principais-beneficiarias-de-politicas-sociais-brasileiras-diz-publicacao-de-agencia-da-onu/>> Acesso em: 01 set. 2017.

OSORIO, R. G; SOUZA, P. H. G. F. de. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, p. 144, 2013.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociologia. Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624>> Acesso em: 23 jul. 2017.

RODRIGUES, V. L. **A importância da mulher**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf>>. Acesso em: 18 de fev. de 2017.

ROMANINI, M.; ROSO, A, Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico. **Revista Psicologia e Saber Social**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan - jun, 2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psisabersocial/article/view/12203>> Acesso em: 23/07/2017.

SIGNIFICADOS BR. Significado de Autonomia. Disponível em: <<https://www.significadosbr.com.br/autonomia>> Acesso em: 14 jul. 2017.

SIGNIFICADOS. Significado de empoderamento. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/empoderamento/>> Acesso em: 15 jul. 2017.

SILVA e SILVA, M. O; YAZBECK; GIOVANNI, G, M. C. **A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda.** 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

SILVEIRA, A. M. da. Redistribuição de renda. Revista **Brasileira de Economia**, v. 29, n. 2. 1975. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/148/6309>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

SOARES, V. **Muitas faces do feminismo no Brasil.** Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da USP — NEMGEUSP, 1998.

SUPLICY, E. M. Imposto Negativo - A garantia de renda mínima. **Revista Teoria e Debate.** Ed. 15. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1991. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=a-revista>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

TEDESCHI, L. A. **A história das mulheres e as representações do feminino na história.** Campinas: SP. Ed. Curt Nimuendajú. 2008.

_____. A história das mulheres: Abordagens. In: _____. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica.** Dourados: MS. Ed. UFGD. 2012, Cap. 1, p. 21-43.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Empoderamento das Mulheres: Avaliação das disparidades globais de gênero.** (Org), World Economic Forum (WEF), Geneva, Switzerland, 2005.

WORLD WITHOUT POVERTY. **Consulta, seleção e extração de informações do cadastro único: CECAD.** Disponível em: <<http://wwp.org.br/publicacao/gestao-da-informacao-consulta-selecao-e-extracao-de-informacoes-do-cadastro-unico-cecad/>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO:**1. DADOS PESSOAIS**

<p>a) Idade: _____</p> <p>b) Cor / raça: <input type="checkbox"/> branca <input type="checkbox"/> preta <input type="checkbox"/> parda <input type="checkbox"/> indígena <input type="checkbox"/> amarela</p> <p>c) Cidade / Estado: _____</p> <p>d) Tem filhos? <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim quantos? _____</p> <p>e) Trabalha: <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim Em que? _____</p>	<p>f) Estado civil: <input type="checkbox"/> solteira <input type="checkbox"/> casada <input type="checkbox"/> união estável <input type="checkbox"/> divorciada <input type="checkbox"/> viúva <input type="checkbox"/> outros</p> <p>g) Escolaridade: <input type="checkbox"/> Fundamental completo <input type="checkbox"/> Incompleto <input type="checkbox"/> Médio completo <input type="checkbox"/> Médio incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo <input type="checkbox"/> Incompleto <input type="checkbox"/> Técnico <input type="checkbox"/> Outro _____</p>
--	--

2. DADOS GERAIS

<p>a) Situação de moradia: <input type="checkbox"/> casa própria <input type="checkbox"/> alugada <input type="checkbox"/> emprestada <input type="checkbox"/> situação irregular ou de favor</p> <p>b) Quantas pessoas moram na casa? _____ _____</p>	<p>c) Quantas pessoas que moram na casa contribuem com a renda familiar? _____ _____</p> <p>d) Renda familiar total: <input type="checkbox"/> não possui renda <input type="checkbox"/> até um salário mínimo <input type="checkbox"/> de 1 a 2 salários mínimos <input type="checkbox"/> até 3 salários mínimos <input type="checkbox"/> acima de 3 salários mínimos</p>
--	--

3. ASPECTOS MAIS GERAIS SOBRE FUNCIONAMENTO

<p>a) Há quanto tempo você recebe o Bolsa Família? _____</p> <p>b) O benefício está em seu nome? _____ _____</p>	<p>c) Como conheceu o Programa Bolsa Família? _____ _____</p> <p>d) Você encontra dificuldades de cumprir essas exigências? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p>
---	---

<p>f) O que você acha das exigências do programa sobre a frequência escolar e as questões relacionadas a saúde?</p> <p>() bom () é um incentivo () ruim () regular</p>	<p>g) Qual a importância do Bolsa Família para você?</p> <p>() importante () muito importante () não muito importante () regular () não faz muita diferença</p>
---	--

4. GESTÃO DO BENEFÍCIO

<p>a) Qual o valor do seu benefício? _____</p> <p>_____</p> <p>b) O valor recebido pelo programa é destinado a que?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p>c) Quem decide como gastar o valor do benefício?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>d) Você consegue planejar algo com esse dinheiro? O que?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
---	---

5. MUDANÇAS

<p>a) O Programa Bolsa Família provocou mudanças na sua vida? Quais?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>b) Sua posição dentro de casa se modificou após se tornar beneficiária do programa?</p> <p>() sim () não</p>	<p>c) Você passou a ter mais autonomia com o Bolsa Família?</p> <p>() sim () não</p> <p>d) O benefício traz alguma segurança para você? Por que?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
--	---

ANEXO